

Revista

FEBASE

Federação do Setor Financeiro



Diretores Adjuntos: Carlos Marques; Carlos Silva; Hórcio Oliveira e Pereira Gomes

Ano II
N.º 17
1,50 €
Novembro de 2011

Diretor: Delmiro Carreira

BASTA!

SEMPRE OS MESMOS
A PAGAR A CRISE...

**GREVE
GERAL**

24 NOV. 2011

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Carlos Marques – STAS
Carlos Silva – SBC
Hóracio Oliveira – SBSI
Pereira Gomes – SBN

Conselho editorial:
Firmino Marques – SBN
Pastor Oliveira – SBSI
Patrícia Caixinha – STAS
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Rui Santos

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 113
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Ére, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 80.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

sumário

- DOSSIER** | Greve Geral
Greve geral: é altura de dizer basta **4**
- "O Governo tem procurado levar à prática a desregulação laboral" **7**
- Negociação coletiva não pode ser posta em causa **9**
- Orientações europeias preocupam movimento sindical **10**
- Inquérito aos trabalhadores: é preciso protestar 10**
- SINDICAL** | Atualidade
Pré-aviso de greve **12**
- Primeira reunião tripartida sobre fundos de pensões **13**
- CONTRATAÇÃO** | Banca
Comissão Permanente do SBN autoriza Direção a declarar nova greve **14**
- Febase solicita reunião de urgência à administração da CGD **14**
- CONTRATAÇÃO** | Seguros
Processo negocial na reta final **15**
- JUVENTUDE** | Atualidade
I Encontro de Jovens da Febase em Ofir **16**
- TEMPOS LIVRES** | Nacional
Karting: João Paulo Martins ganha em Fátima **19**
- Pesca: Eduardo Biscaia é campeão de mar **19**
- Snooker: Hélder Monteiro bate concorrência na final **20**
- Bowling: Gabriel Dias vence final de Ovar **20**
- Golfe: Pedro Taborda e Rui Silva repartem títulos **21**
- Xadrez: António Manuel Fernandes é novo campeão **21**



Texto: PEREIRA GOMES

Os principais artífices desses ganhos da banca são os seus trabalhadores. Que não podem agora ser tratados como objetos indesejáveis e arremessados para o lixo. É por eles e com eles que continuaremos a nossa luta, até onde for necessário

Preservar a liberdade

Segundo o insuspeito economista Augusto Mateus – ministro do Governo de António Guterres – em entrevista concedida à TSF, qualquer que fosse o Governo que ocupasse S. Bento nesta altura não conseguiria diferir muito nas medidas a tomar para tentar os primeiros e dolorosos passos para sair da crise em que Portugal mergulhou, procurando, ao mesmo tempo, lançar os alicerces para a retoma económica.

No mesmo dia, aquele que foi um dos terroristas mais procurados de sempre e um dos mais sanguinários da história contemporânea – o tristemente célebre “Carlos” – acusado da autoria de dezenas de mortes e que vai agora começar a ser julgado em Paris, incitava, em declarações ao diário espanhol “El Mundo” que os chamados “indignados” incrementassem as suas ações altamente provocatórias e desestabilizadoras em toda a Europa, aproveitando as fragilidades da crise para provocar tremendas erupções sociais que arrasassem de vez os regimes democráticos.

Embora providas de duas vozes de oposição ao tipo de medidas que o Governo português tem vindo a obrigar-se a tomar, torna-se absolutamente evidente que, se de um lado o executivo talvez possa encontrar aliados pontuais e conjunturais para a adoção de medidas incontornáveis, no sentido de guardar os dedos e abdicando dos anéis, tem de contar, na outra face da moeda, com o emergir de movimentações que, aproveitando-se do descontentamento de medidas impopulares que situações destas

inevitavelmente provocam, tentarão colocar em causa os principais princípios e valores do regime democrático.

Sou, intransigentemente, pelo direito à liberdade de expressão. Mas quando esse direito conduz à manipulação de massas com fins inconfessáveis, receio francamente pelas consequências que daí possam advir.

Duvido que haja qualquer Governo, seja ele de que quadrante partidário for, que, de ânimo leve, tome medidas desfavoráveis aos trabalhadores e aos respetivos agregados familiares. Bem ao contrário, só o fará quando a isso for chamado por imperiosos motivos e de independência nacional.

No que diretamente diz respeito aos sindicatos do setor financeiro, temo-nos batido denodadamente, não apenas para evitar injustiças ainda mais gravosas que penalizariam de forma brutal um número muito mais considerável de trabalhadores, como também para preservar direitos, para que esses trabalhadores não vejam o seu futuro posto irremediavelmente em causa.

A banca portuguesa é um dos pilares fundamentais do edifício económico-financeiro de Portugal. Continua a ter ganhos. Menos do que antes da eclosão da crise, é bem certo. Mas continua a ter ganhos. E os principais artífices desses ganhos são os seus trabalhadores. Que não podem agora ser tratados como objetos indesejáveis e arremessados para o lixo. É por eles e com eles que continuaremos a nossa luta, até onde for necessário, até ao limite das nossas forças, para que Portugal não se transforme num monumento à injustiça. ■



22
| Bancários Centro



24
| STAS Atividade Seguradora



26
| Bancários Sul e Ilhas



28
| Bancários Norte

Por mudança de políticas económicas e sociais

GREVE GERAL

TEXTO: ELSA ANDRADE

Revista Febase - Já surgiram notícias de que a UGT poderá desconvoar a greve geral de 24 de novembro. É verdade?

Paula Bernardo - Não. Foi uma declaração mal compreendida pelos órgãos de comunicação social à saída da reunião da UGT com o sr. Presidente da República. Foi colocada uma questão sobre a reversibilidade ou não da greve em função de recuos do Governo em determinadas matérias, e o secretário-geral disse que a UGT mantinha-se aberta ao diálogo, mas que a greve geral era irreversível, porque o seu objetivo é chamar a atenção de todos os órgãos de soberania para a importância de termos políticas diferentes, que promovam o crescimento e o emprego. Sabemos que os objetivos de consolidação das contas públicas e de redução do défice previstos no Memorando da troika são importantes, mas não se pode esquecer a outra dimensão das políticas económicas: crescimento e emprego. A greve é um alerta para isso, para a necessidade de mudar políticas e para a necessidade de um efetivo e verdadeiro diálogo social. É altura de dizer basta a esta situação.



Paula Bernardo, secretária-geral adjunta da UGT

P - Um eventual acordo parlamentar para salvar um dos subsídios, como tem sido noticiado, altera os pressupostos?

R - Não, não altera. A UGT sempre afirmou que este Orçamento (OE 2012) é muito duro, um ataque brutal aos trabalhadores e pensionistas - sobretudo aos trabalhadores da administração pública, do setor empresarial do Estado e dos pensionistas, com o corte dos 13.º e 14.º meses - e de uma forma geral penaliza todos, nomeadamente por via do agravamento dos impostos, da redução da des-

pesa com educação e saúde, etc. Achamos importante que possa existir diálogo político para melhorar o OE, principalmente nos pontos relevantes em matéria social, mas o que nos motiva para a greve geral mantém-se: a necessidade de uma política mais orientada para os problemas das pessoas. Ou seja, o combate ao desemprego, a criação de emprego e de condições que permitam uma verdadeira recuperação económica. E que essa política seja conduzida num verdadeiro diálogo, porque o Governo tem prosseguido uma po-

lítica de "quero, posso e mando". Num Estado democrático, a concertação social, o diálogo social e a negociação coletiva são pilares fundamentais que não podem ser postos em causa e a greve geral é também um alerta e um apelo ao Governo para que se empenhe efetivamente nesse diálogo. Uma coisa são as intenções, outra coisa são as práticas, e o Governo tem apresentado medidas que tradicionalmente estão na esfera dos parceiros sociais como estando já mais ou menos consumadas.

P - Na greve geral de há um ano, a UGT declarou que o seu principal objetivo era obrigar o Governo a negociar. E agora, qual é o objetivo?

R - Mantém-se como grande prioridade obrigar o Governo a uma verdadeira concertação social, e também chamar a atenção para a necessidade de uma alteração das políticas económicas.

P - Um diálogo para chegar onde? Quais são os objetivos concretos?

R - O Memorando da troika impõe um determinado conjunto de compromissos.

P - Mas o Governo assume pretender ir além do Memorando.

R - Isso é assumido, mas tal não significa que todas as medidas tenham de ser implementadas este ano, principalmente num momento económico e social adverso. Entendemos que, mesmo de acordo com o Memorando da troika e as políticas do Governo, há margens de discussão e de negociação que têm de ser usadas em prol de políticas mais justas. Todos sabemos que há sacrifícios a fazer, não há como fugir

Portugal está mergulhado numa crise económica e social. Reconhecendo embora a necessidade de sacrifícios, a UGT discorda das opções do Governo, por considerar o Orçamento do Estado para 2012 brutalmente penalizador para os trabalhadores e pensionistas e não apresentar estratégias que promovam o crescimento e o emprego. São precisas outras políticas, concertação social e respeito pela negociação coletiva. A greve geral - convocada conjuntamente pela UGT e CGTP - é um alerta para a necessidade de mudança e a exigência de diálogo com o movimento sindical na procura de soluções para o País, explica Paula Bernardo, secretária-geral adjunta da central sindical. Porque os sacrifícios têm de ser repartidos por todos, de forma mais justa. Basta de castigar sempre os mesmos

é altura de dizer BASTA!

desta situação. Mas até agora os sacrifícios têm recaído especialmente sobre uma parte da população. Em diálogo e concertação há que criar condições para uma mais justa repartição dos sacrifícios e para que haja uma maior garantia de que os sacrifícios estão a criar as bases para um futuro relativamente próximo a economia crescer, bem como o emprego, e a pobreza, as desigualdades e a exclusão serem atenuadas. A nossa preocupação é que este conjunto de políticas de austeridade esteja a criar condições não propícias a uma retoma no momento em que, em termos globais, as condições económicas sejam mais favoráveis.

Orçamento penaliza todos

P - Na opinião da UGT essas condições não estão a ser criadas?

R - Não. E a quebra dos rendimentos dos trabalhadores é um exemplo. Veja-se o caso da função pública: depois do corte médio de 5% o ano passado nos salários acima de 1500€, estes trabalhadores têm um corte de cerca de 15%. Ou seja, em dois anos perdem 20%. Isto tem impactos não só sobre a vida e o bem-estar das pessoas, como na economia em geral, o que tem sido descurado. O Governo tem apostado

fortemente numa linha de dinamização económica por via das exportações, relegando quase para um plano marginal o consumo interno. Ao fazê-lo está a pôr em causa, nomeadamente, a sobrevivência de muitas PME que têm as suas bases no mercado nacional.

P - Se houver entendimento parlamentar para que seja mantido um dos

subsídios da função pública retirando, em contrapartida, um dos subsídios aos trabalhadores do setor privado qual é a posição da UGT? Considera que essa solução contribui para a repartição dos sacrifícios?

R - Neste momento é difícil responder, porque não conheço quais as alternativas em cima da mesa para a tal compensação.

P - Mas tratar-se-á sempre de manter os sacrifícios do lado do trabalho...

R - Temos ouvido como proposta do Partido Socialista que um dos subsídios não seja retirado aos funcionários públicos, com a possibilidade de haver medidas globais que permitam esse equilíbrio. Não conheço essas medidas globais, mas sem dúvida estamos sempre num quadro de sacrifícios. A UGT espera que não sejam sacrifícios para os trabalhadores, e tem dito que há outras áreas, nomeadamente a tributação sobre grandes fortunas e as mais-valias bolsistas. O Governo tem dado a indicação de que mexer nisso pode significar fuga de capitais, mas é fundamental estas matérias virem para cima da mesa, num quadro de maior justiça na repartição de sacrifícios, que não pode continuar a recair sobre os mesmos. E não se trata de uma divisão entre trabalhadores públicos ou do setor privado.





Ao Primeiro-Ministro

A todos os Trabalhadores e Trabalhadoras que trabalham em Portugal

PRÉ-AVISO DE GREVE GERAL

Os trabalhadores e trabalhadoras do nosso país enfrentam um insustentável nível de desemprego, de insegurança e precariedade, de redução dos rendimentos, de diminuição da protecção social, de aumento do custo de vida e de agravamento das desigualdades sociais.

Depois das medidas gravosas e sucessivos Programas de Estabilidade e Crescimento, o Programa de Assistência Económica e Financeira assinado com a Troika em Maio de 2011, com

P - Mas está a criar-se na sociedade portuguesa uma clivagem entre empregados e desempregados, setor público e privado, ativos e reformados, que podem ser socialmente explosiva e fomenta a desunião...

R - É verdade. Mas a proposta do OE 2012 penaliza todos: os funcionários públicos, por via do corte dos subsídios; os trabalhadores do setor privado, porque alarga o horário de trabalho e agrava o desemprego; os jovens, ao não criar alternativas de emprego; os desempregados, ao não fomentar a recuperação económica e novos postos de trabalho, o que potencia um prolongamento da situação. Portanto, diria que é um Orçamento recessivo que penaliza todas as famílias e todos os cidadãos portugueses, principalmente aqueles que estão mais ligados ao mundo do trabalho. Ou seja, deixa de fora os detentores de grandes riquezas.

Sindicatos defendem os trabalhadores

P - A UGT tem alterado bastante a sua forma de agir. Num ano - com a assunção de duas greves gerais - deslocou o seu tradicional posicionamento de preposição, como lhe chama, para um posicionamento de conflito aberto. Isso deve-se só ao ataque a princípios que considera basilares ou também à percepção de que, a prazo, a sua capacidade de representação pode estar comprometida?

R - A primeira greve geral teve na origem a apresentação de um novo pacote de austeridade, num contexto específico: estávamos em pleno processo de concertação social a discutir determinadas matérias, que são depois apresentadas pelo Governo ignorando totalmente os desenvolvimentos em sede de negociação. Portanto, já em 2010 a greve geral foi um pouco o alerta de que não é possível continuarmos com políticas que penalizam uns em detrimento de outros e comprometem o futuro do País. Esta greve geral vai um pouco no mesmo sentido. Surge com um OE profundamente injusto,

com um ataque brutal aos trabalhadores, sem uma trajetória de desenvolvimento para o País, e com uma profunda desregulação das condições laborais que põem em risco os direitos fundamentais dos trabalhadores, da negociação coletiva e a autonomia dos parceiros sociais. É também uma greve para dizer basta.

P - Mas há a percepção de que perante a atual situação, se a central não avançasse com uma posição concreta poderia, a prazo, ver comprometida a sua representatividade perante os trabalhadores?

R - Todos convivemos com trabalhadores no dia a dia e vemos que além de um profundo descontentamento há um sentimento de grande insegurança e de necessidade de mudança. Os trabalhadores devem perceber que os sindicatos têm estruturas que podem acompanhá-los e defendê-los, não só relativamente aos seus direitos enquanto trabalhadores no imediato, mas também no que diz respeito a políticas económicas e sociais mais justas, que contribuirão para o seu bem-estar e da sua família, nomeadamente das gerações mais jovens.

Bancários também estão a ser atingidos

P - A UGT espera uma grande participação na greve geral?

R - É uma resposta difícil. Creio que há certamente um sentimento de grande preocupação, de que os trabalhadores estão a ser injustamente tratados pelo Governo. Contudo sabemos que num contexto difícil do ponto de vista económico, com os salários a decrescerem ou a crescerem pouco, a perda de um dia de salário é uma situação difícil de comportar num orçamento familiar por vezes já reduzido.

P - Será essa a razão ou o receio de represálias?

R - Esse receio sempre existiu em determinado grupo de trabalhadores mais precários. Diria que hoje é mais a questão da perda

de rendimentos. A mensagem é que vale a pena fazer greve, porque está em causa o futuro de todos nós. Não estamos a fazer uma greve só pelo nosso posto de trabalho e pelos nossos direitos, estamos a fazer uma greve pela alteração de políticas económicas e sociais, que conduzam a um futuro diferente, com mais e melhores empregos. Será com base na percepção de que é necessário mudar, e de que a negociação coletiva tenha um espaço maior que, de facto, poderá haver uma forte adesão.

P - A UGT espera uma participação forte dos trabalhadores do setor financeiro?

R - Não sei responder. Na greve geral do ano passado houve situações muito distintas entre instituições bancárias. Neste momento, os trabalhadores da banca também são afetados de forma diferente entre instituições, mas todos são afetados pelo OE. Portanto esperamos que os trabalhadores do setor adiram fortemente à greve.

P - Há a percepção da carga simbólica de um dia sem operações bancárias? Ou seja, da importância de paralisar um setor fulcral a nível nacional e internacional?

R - Como os transportes ou o atendimento na administração pública, teria muita visibilidade. Até porque o setor bancário está no centro desta crise. No início foi especulação financeira, depois os custos e todas as verbas adiantadas ao setor bancário no sentido de o estabilizar - o que era importante para todos -, por isso seria importante a percepção de que os trabalhadores bancários também estão a ser atingidos e estão ao lado de todos os outros trabalhadores portugueses. Não há uma clivagem entre grupos, porque hoje as políticas económicas e o OE 2012 penalizam todos, independentemente do setor ou da situação perante o trabalho.

P - Há quem tema que o aprofundar da crise e da contestação social levem Portugal à situação da Grécia. Qual é a opinião da UGT?

R - Esperamos que esta abertura ao diálogo político ajude, o que não tem sucedido na Grécia. Também o diálogo social na Grécia é relativamente frágil, e daí defendermos o reforço do diálogo social, da concertação social e da negociação coletiva como elementos que podem consensualizar uma mudança que a todos traz vantagens. Devemos olhar com cuidado para a Grécia, mas também para a Irlanda. São situações distintas e Portugal poderá retirar algumas lições. Mas mais do que Portugal, a situação deveria ser olhada com forte prudência pelas instituições comunitárias, no sentido de encontrar uma solução para evitar repetições. ■

BASTA!

"O Governo tem procurado levar à prática a desregulação laboral"

P - Como é que a UGT vê a questão do alargamento do horário de trabalho?

R - É muito preocupante. A redução do horário de trabalho esteve quase na génese da construção do movimento sindical internacional, foi uma grande conquista do movimento sindical em todos os países e também em Portugal - e relativamente recente. Recordo que até 1990, o horário de trabalho semanal era de 48 horas. Por via da concertação social, no Acordo Económico e Social (era primeiro-ministro o Prof. Cavaco Silva), reduziu-se o horário de trabalho para as 44 horas e abriu-se margem para que a negociação coletiva o reduzisse para as 40 horas. Alguns setores tiveram muito sucesso - a banca, os transportes, etc. - mas chegámos a 1995/96 e constatámos que ainda havia muitos trabalhadores com horário superior a 40 horas. Então em 1996 e novamente num processo de concertação social determinou-se, por via legislativa, a redução para as 40 horas.

P - A proposta do Governo prevê uma aplicação unilateral por parte do empregador...

R - Exatamente. No relatório do OE 2012 estava a questão do aumento de meia hora por dia, 2,5 horas por semana - o que já é extremamente complexo e negativo, na medida em que põe em causa um conceito legal fundamental, que é o período máximo de trabalho. Mas a forma como a medida nos foi apresentada é ainda mais gravosa, ao permitir que o empregador possa acumular essa meia hora diária como entender e a qualquer momento solicitar o trabalho por parte do trabalhador, com todos os problemas que derivam para a conciliação entre a vida profissional e familiar. Ainda temos mui-

tos trabalhadores cuja duração máxima de trabalho é de 40 horas e ao permitir este alargamento, ainda que de uma forma transitória, significa desrespeitar a lei.

P - Mas basta dizer que é um recuo civilizacional? Além da consequência concreta, parece tratar-se de uma imposição numa matéria cuja negociação é do âmbito dos sindicatos, retirando-lhes também o papel de mediador entre o trabalhador e o empregador.

R - Com certeza. E infelizmente não é situação única. O Governo tem procurado levar à prática uma política de desregula-

ção laboral, concretamente na contratação coletiva, em que previa a possibilidade de ser celebrado um Acordo de Empresa (AE) sem intervenção dos sindicatos, o que não respeita a Constituição, que atribui aos sindicatos o poder e a legitimidade da negociação coletiva. E põe em causa o próprio processo de concertação social, pois em março deste ano o governo e os parceiros sociais assinaram um acordo tripartido sobre Crescimento, Competitividade e Emprego em que esta matéria foi abordada, prevendo que pudesse haver acordos complementares de empresa apenas se os sindicatos delegassem esse poder negocial numa estrutura que considerassem representativa e válida, que podia ser o próprio sindicato ou uma estrutura como a Comissão de Trabalhadores (CT). Mas atendendo ao perfil das nossas estruturas de representação ao nível da CT, obviamente que isto é abrir um espaço perigosíssimo para a desregulação.

Papel da ACT é fundamental

P - É voz comum entre os trabalhadores que a imposição do alargamento do horário de trabalho não os afetará na prática, pois já fazem mais do que isso diariamente, sem qualquer retribuição acrescida. Ao darem o seu acordo a algumas alterações legislativas em matéria de horários de trabalho - bancos de horas, regime de adaptabilidade, etc. -, os sindicatos não acabaram por permitir um determinado quadro de desregulamentação, até porque não há uma fiscalização efetiva?

R - O problema não é tanto a possibilidade do banco de horas, que em termos conceptuais nos parece correto por criar





condições às empresas de se adaptarem aos ciclos de produção, sem prejuízo para os trabalhadores – as empresas têm ciclos de produção e a não adaptação poderá significar despedimentos.

P - Essa é também a linha de argumentação do Governo para a imposição de mais meia hora diária de trabalho...

R - Não, a questão do banco de horas é completamente diferente, porque tem regras fixadas por negociação coletiva (e não individual), limites máximos de acumulação de horas e não penaliza os trabalhadores. Embora tenha de haver um ajustamento da sua vida, os trabalhadores sabem com um período de antecipação que irão ser sujeitos àquela modelação de horários de trabalho. Esta proposta do Governo é totalmente distinta, pois admite a possibilidade de acumulação e numa dada semana o empregador dizer: "Como já tem aqui oito horas, no próximo sábado vem trabalhar". A UGT defende há muito, não só nesta como noutras matérias da esfera laboral, que a intervenção da ACT é uma questão nuclear.

P - Segundo a proposta do Governo não é sequer necessário a comunicação de horários à ACT.

R - Sim, e a UGT tem combatido isso. Concordamos com a simplificação e a desburocratização que facilite a ligação entre cidadãos, empresas e Estado, mas desde que não comprometa as atividades fundamentais de um órgão. E neste caso concreto as propostas que o Governo apresentou vão no sentido de retirar da esfera da ACT instrumentos fundamentais que permitam uma fiscalização mais eficiente. A UGT já se pronunciou totalmente contra a eliminação desse procedimento.

Tentativa de retirar competências aos sindicatos

P - Considera que o objetivo é desregular de tal forma a representação sindical que ela deixe de existir, pelo menos nos termos atuais?

R - Sem dúvida. Tem havido por parte do Governo tentativas, de forma unilateral, para uma desregulação laboral e desvalorização do trabalho. A UGT já sab-

se que algumas medidas constituem uma ameaça ao próprio funcionamento dos sindicatos – e para nós esta é uma questão fundamental e bater-nos-emos contra ela com todas as nossas forças. A legitimidade negocial está prevista na Constituição e não estaremos disponíveis para que nos retirem uma das nossas principais competências, que é a negociação coletiva e a representação coletiva dos trabalhadores.

P - Com este afunilar do campo de intervenção sindical os trabalhadores ficam mais desprotegidos?

R - Não deixaremos que os que pretendem acabar com os sindicatos o consigam. Os sindicatos continuam a ser, de longe, a entidade mais representativa da sociedade civil. Obviamente a sua força depende, também, do envolvimento e da participação dos trabalhadores. É fundamental que se sensibilize mais a população para as vantagens da sindicalização. Contrariamente ao que por vezes se pretende fazer passar, muitos sindicatos mudaram, modernizaram-se e têm sabido adaptar-se

ao novo contexto económico e social e à mundialização. E os trabalhadores têm de perceber que hoje os sindicatos oferecem-lhes muito mais do que tradicionalmente ofereciam. Muitas vezes é dito que os sindicatos só se preocupam com os que estão no ativo. Não é verdade. Os sindicatos estão preocupados com os que estão no ativo e com os que querem entrar no mercado de trabalho – jovens ou desempregados.

P - Alguns sociólogos, como Boaventura Sousa Santos, veem na falta de representação dos desempregados uma das razões para o declínio do sindicalismo. Como é que num país com cada vez mais desemprego não há da parte das centrais sindicais – e da UGT em concreto – iniciativas consistentes de representação deste grupo?

R - Os sindicatos têm defendido os desempregados ou os potenciais desempregados em múltiplas sedes. Quando avançamos numa negociação sobre reestruturação de empresas estamos a criar condições não só para a permanência nos locais de trabalho, como para a passagem para outros locais de trabalho, se possível sem intervalo de desemprego; quando negociamos a proteção social dos desempregados estamos a proteger os desempregados; quando exigimos ao Governo políticas ativas de emprego mais eficazes e o reforço dos recursos humanos dos centros de emprego, ou quando dizemos ser necessário os centros de emprego aproximarem-se do tecido empresarial para captarem ofertas, o público-alvo da nossa preocupação são nitidamente os desempregados.

P - Mas há todo um universo que não se sente representado pelos sindicatos. Os movimentos sociais que têm surgido de forma quase espontânea são compostos por pessoas que não se sentem representadas pelas instituições existentes. Não há aí uma falha dos sindicatos?

R - O fenómeno dos movimentos sociais não é exclusivo de Portugal, é até muito mais significativo noutros países. Mas possivelmente haverá uma franja de pessoas, especialmente jovens, que não veem as estruturas sindicais como representantes dos seus direitos. Agora também questiono: será que alguma vez estes jovens procuraram entrar em diálogo connosco, no sentido de delinear-mos estratégias? ■

BASTA!



Negociação coletiva não pode ser posta em causa

P - A UGT continua a insistir no diálogo e na negociação. Justifica-se essa aposta quando o que é negociado não é cumprido? Tomemos como exemplo o aumento do salário mínimo.

R - Para a UGT, a concertação social e a negociação coletiva são elementos estruturantes e estruturais que não podem ser postos em causa. Obviamente que a credibilidade deste processo é fundamental. No salário mínimo tivemos uma situação um pouco anómala, em que o Memorando da troika veio condicionar a atualização para 2011 à evolução da situação económica e social, o que limitou a intervenção dos parceiros e do Estado. Ainda assim, diria que assinámos o Acordo sobre Competitividade e Emprego em março e num conjunto de matérias inscritas no Programa de Assistência Económica e Financeira (com a troika) as condições definidas pelos parceiros sociais foram respeitadas. Se não tivesse havido o acordo de março, algumas das medidas teriam ido num sentido ainda mais penalizador para os trabalhadores.

P - É a opção pelo mal menor?

R - Não, não é. É a opção por, através do diálogo social, criar condições consensuais que garantam uma maior facilidade na mudança – porque é ela necessária. E neste caso concreto consideramos positivo que o acordo tenha sido respeitado pelo Governo e pela troika. A UGT não está na negociação para obter um mal menor, está para defender o que entende serem os objetivos e os direitos fundamentais dos trabalhadores. Obviamente não estamos na concertação num quadro de imobilismo e dizendo que a situação é esta e não há regressão em matéria nenhuma. Como já ficou bastante visível, a UGT tem tido uma postura de forte equilíbrio entre o que considera serem os valores fundamentais a preservar e o que considera serem questões a necessitarem de ajustamento. Por exemplo, o acordo da Segurança Social de 2006, muito criticado por alguns, foi subscrito pela UGT com a convicção de que, apesar de criar pensões mais baixas no futuro e indexação à esperança média de vida, etc., estabelece condições para uma maior sustentabilidade financeira da Segurança Social e para a garantia de uma adequada proteção social das camadas mais jovens. Às vezes estes equilíbrios são difíceis, mas não estamos no mal menor. Além disso, quando vamos para um processo de concertação social há limites pré-definidos.

Orientações europeias preocupam movimento sindical



Bernardette Ségol, secretária-geral da CES

P - O que se passa em Portugal não é apenas uma agenda nacional, é mundial, e sobretudo europeia. A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) tem frequentemente exigido o respeito pela negociação coletiva.

R - Sim, é verdade. Temos de atender ao panorama político da UE27, em quem são os líderes à frente de cada um dos 27 países - e hoje nitidamente temos uma Europa com liderança maioritariamente à direita. E temos também, por parte das instâncias comunitárias, algumas orientações que muito preocupam o movimento sindical europeu, e também nacional. Há na UE e nas instâncias comunitárias uma centragem absoluta na consolidação das contas públi-

cas e no défice, ignorando a retoma económica, o crescimento, o emprego, o bem-estar - diria mesmo, ignorando os pilares do próprio modelo social europeu, que em alguns casos se encontram comprometidos. Por exemplo, a questão das medidas do "pacote da governança". A CES já expressou as suas preocupações e manifestou-se contra algumas delas, nomeadamente a tentativa a nível europeu de condicionar a negociação coletiva nacional, e nomeadamente a evolução dos salários. São matérias da responsabilidade dos Estados-membros, e sobretudo da responsabilidade dos parceiros sociais.

P - O próprio Tratado europeu exclui essas matérias das competências euro-

peias, mantendo-as como exclusivas dos Estados-membros.

R - Exatamente. Há por parte da UE uma política que tem levado a uma intensificação desta situação. Além disso, temos assistido, por parte da UE, a respostas algo tardias a alguns dos principais problemas como que os Estados-membros se defrontam. Desde logo a questão da retoma económica: numa primeira fase a defesa de políticas anticíclicas foi positiva, mas rapidamente foram abandonadas, na defesa do défice; o ataque às dívidas soberanas e a especulação contra países como a Grécia, Irlanda, Portugal teve uma resposta demasiado tardia e ainda insuficiente... A nível da zona euro, matérias fundamentais têm demorado a ser concretizadas, nomeadamente o reforço do Fundo de Estabilização. E continuamos com passos muito tímidos em questões como a emissão de euro-obrigações; a implementação, de uma forma

global, da taxa sobre as transações financeiras e os movimentos especulativos; o combate e controlo dos paraísos fiscais. Portanto, é necessário mudar também um pouco o rumo das políticas europeias, e nesse aspeto a UGT tem estado ao lado da CES e do movimento sindical internacional na defesa de novas regras - o trabalho digno e a mundialização justa continuam a ser conceitos postos em causa, não só nos países menos desenvolvidos mas cada vez mais na UE.

Reforçar a ação conjunta

P - Há uma crítica generalizada aos líderes políticos da UE, de que não têm sabido caminhar em conjunto e se mostram incapazes de resolver a atual crise. A mesma crítica pode ser feita ao movimento social europeu, que não dá sinais de capacidade para cumprir uma agenda comum de defesa daqueles que repre-

sentam? Como se explica que não haja uma posição firme de defesa dos trabalhadores gregos?

R - Não é bem assim. Embora concorde que nem sempre o movimento sindical tem estado total e fortemente coeso, apesar de tudo há uma muito maior convergência de ideais no seio sindical do que propriamente no seio das instituições.

P - Mas não em termos de ação...

R - Recordaria que no Congresso da CES, em Atenas, foi aprovada uma moção importante demonstrando a união das estruturas sindicais filiadas na CES em relação à necessidade de medidas de apoio à Grécia. Obviamente é difícil. A CES tem procurado reforçar a coordenação da ação conjunta e isso é visível em algumas iniciativas, como as manifestações europeias em nome da solidariedade ou de políticas de coesão. Por outro lado, a CES tem apostado muito num comité de coordenação da negociação coletiva, precisamente para poder extrair as

linhas de maior ou menor individualismo que possam pôr em risco a coesão social da UE. E tem apostado bastante nos comités de empresa europeus (CEE), embora mesmo nestes espaços venham sempre ao de cima os interesses nacionais em detrimento dos interesses de grupo. Mas este assunto tem merecido a devida análise por parte da CES.

P - Uma crítica é recorrente: há muito apelo ao diálogo, mas não havendo diálogo não se avança com ações, não há um passo mais à frente.

R - A nível europeu também não há propriamente instrumentos a que recorrer, como uma greve europeia. As manifestações europeias podem ser uma forma de impulsionar e incentivar o diálogo, que em algumas matérias tem existido. Mas hoje as principais decisões não são assumidas a nível dos Conselhos Europeus, há um crescente poder dos conselhos de finanças, cuja sensibilidade para a dimensão social é certamente menor. ■

Inquirito aos trabalhadores

É preciso protestar

A revista Febase quis saber a opinião dos trabalhadores do setor financeiro sobre a situação económica e social do País e a convocação da greve geral para 24 de novembro. A adesão ao protesto é consensual

Perguntas:

1 - Vai aderir à greve geral? Porquê?

2 - Teme que Portugal chegue à situação da Grécia?

"Governo propõe desregulação do tempo de trabalho"



António José Santos Correia da Silva
52 anos
BANIF
Sócio do SBN

1 - Vou aderir à greve geral no dia 24 de novembro, porque a proposta de Orçamento do Estado para 2012 traduz um ataque brutal aos salários e às pensões, mesmo daqueles que têm muito baixos rendimentos, e agrava de modo inaceitável as desigualdades. Não são apontados caminhos de esperança para o futuro, mas sim uma acentuada recessão, com o aumento do desemprego para níveis insustentáveis e com

o agravamento da pobreza e da exclusão. O Governo propõe-se impor a desregulação do tempo de trabalho e é incapaz de promover políticas que criem condições futuras para o desenvolvimento económico e social. A generalidade da população, dos trabalhadores, dos jovens, dos desempregados e dos reformados e pensionistas estão a pagar a fatura de uma crise que não provocaram.

2 - Sinceramente temo que Portugal chegue à situação da Grécia. A política da troika já demonstrou os resultados práticos na Grécia: recessão, desemprego, empobrecimento.

"A crise deve ser paga por todos"



Fernando João Bela Moreira da Silva
54 anos
CGD
Sócio do SBC

1 - Obviamente que vou aderir à greve geral. Faço-o porque já nos ameaçam os postos de trabalho, os salários são discricionariamente roubados e a contratação coletiva já está a ser posta em causa. Nenhum trabalhador pode dormir descansado perante a convocação de uma greve geral. Faço greve, ainda, como forma de protesto contra a ofensiva que está a ser dirigida só aos

trabalhadores e população em geral, empobrecendo o País. Finalmente, faço greve por solidariedade, pela generalidade dos trabalhadores portugueses, pela perda de direitos e pela exigência de que a crise deve ser paga por todos - o capital incluído -, não penalizando apenas o trabalho.

2 - Não só temo que Portugal se aproxime da Grécia em termos económicos, financeiros, políticos e sociais, como temo que nesta fase a situação se estenda a toda a Europa do Sul ou mediterrânica. A receita para esta crise tem sido só austeridade. Ora a austeridade não só não gera receitas, como não gera postos de trabalho nem estimula o consumo. E a Alemanha, nova "dona" da Europa, tarda na reestruturação do euro, empurrando a crise para sul.

"Medidas do OE são ataque inqualificável"



Luís Hernani
58 anos
Grupo CGD, Seguros e Saúde, Companhia de Seguros Fidelidade Mundial, S.A.
Sócio do STAS

1 - Sim, e pelas mesmas razões que me levaram no ano anterior a aderir, ou seja: o Grupo CGD contribui para o Estado com muitos milhões de lucros e

impostos indiretos; o setor financeiro do Estado encontra-se abrangido por contratos coletivos de trabalho e em concorrência direta com os grupos privados, não podendo, por esse motivo, ser alvo de medidas discriminatórias que coloquem em causa essa concorrência; e porque considero que estas medidas do OE 2012, a serem aplicadas, são um ataque inqualificável a quem vive do seu trabalho e pouco refletirá na regeneração do Estado e suas mordomias.

2 - Por tudo o que neste momento constatamos interna e externamente, dificilmente deixaremos de lá chegar, o Estado continuará a ser o esbanjador. Os trabalhadores contribuem para o Estado, como os nórdicos, alemães ou franceses, mas estão muito longe dos seus ordenados e das suas regalias sociais. Devemos lembrar-nos que, em Portugal, nos últimos 10, 15 anos, tudo o que é mentira hoje, amanhã será verdade.

"Vamos ser servos da gleba?"



Lina Sousa
56 anos
CGD
Sócia do SBSI

1 - Sim. Dada a evolução da crise europeia e mundial, e devido aos acor-

dos que o nosso País teve de assinar para se recapitalizar e pagar dívida pública, até compreendo que sejam necessários fazer grandes ajustamentos na despesa pública, sacrificando a sociedade civil, mas com outros critérios, ou seja, sacrifícios para todos. Os cortes de que vamos tendo conhecimento diariamente são, na sua maioria, muito injustos para quem vive do seu trabalho, até porque se trata maioritariamente da perda de direitos adquiridos e muitos deles consignados na nossa Constituição. Trata-se de um aproveitamento por parte do patronato, no sentido de fazerem mais-valias à custa de quem trabalha. Trata-se de um abuso sistemático por parte dos patrões e dos políticos. Pedem-se sacrifícios a quem já não tem nada para sacrificar. A desigualdade dos sacrifícios é altamente injusta, o que o Governo pretende dar aos portugueses é o pior do que existe nos países da Comunidade: os piores salários/reformas, a pior saúde, a pior escola, os piores transportes, etc., etc. E desta forma pretendem "salvar o País". Quem tem muito continua a ter muito... e ainda tem coragem de pedir mais a quem tem pouco. Vemos esses senhores bem-falantes todos os dias na televisão, de "papo cheio" a dizer que não há outra alternativa... Pois, pois.

No caso particular da CGD, os empregados sentem-se também lesados

porque se "antes" não beneficiavam das regalias da função pública, vão agora ser igualmente penalizados como se o fossem, sabendo todos nós os lucros e o apoio à economia que a CGD proporcionou e proporciona ao País. Será que vamos voltar a ser servos da gleba como na Idade Média? Será esta a ambição final dos nossos patrões e governantes?

2 - Em termos económicos, obviamente que sim. Se a Europa comunitária não alterar ou revir os acordos que vigoram; se a Europa não for solidária; se a Europa não falar apenas pela boca da sr.^a Merkel ou do sr. Sarkozy, nós, à semelhança do que tem vindo a acontecer na Grécia, vamos empobrecer e as medidas da troika não vão ajudar à recuperação económica de Portugal, mas sim à degradação social e económica das condições de vida do País e da maioria dos portugueses. Quanto à agitação social com recurso à violência, não me parece para já que venha a acontecer em Portugal, embora o facto da socialização da miséria não ser um fator que dê estabilidade a quem trabalha... provavelmente muita gente verá como única saída a violência. Agitação social haverá certamente, com o descrédito dos políticos, que muito prometem em campanhas e que depois têm as atitudes que os vemos ter bem longe do povo, lá mais para Berlim ou Bruxelas...

PRÉ-AVISO DE GREVE

24 de novembro de 2011

Ao abrigo do artigo 56.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do artigo 534.º do Código do Trabalho

Os trabalhadores portugueses continuam a enfrentar um insustentável nível de desemprego, de insegurança e precariedade, de redução da proteção social e um forte agravamento das desigualdades sociais, agora ainda com mais pobreza e exclusão.

Com a proposta de Orçamento para 2012 apresentada pelo Governo aprofunda-se a ofensiva contra os trabalhadores do setor público e privado, contra a população em geral e contra os trabalhadores do setor financeiro em especial.

A eliminação significativa das deduções com despesas de saúde e educação, o agravamento do IRS pela não atualização dos seus escalões e a inclusão de mais bens essenciais na taxa máxima do IVA, levam a quebras generalizadas do poder de compra dos portugueses e, por isso, também dos trabalhadores do setor financeiro.

A redução das retribuições, o congelamento geral das pensões, a supressão de parte do subsídio de Natal em 2011, a supressão total dos subsídios de Natal e de férias no ano de 2012 para muitos trabalhadores do setor financeiro (Banca e Seguros) que integram o setor empresarial do Estado e para os reformados e pensionistas, põem em causa o direito à negociação coletiva, o que vem contribuir para maiores desigualdades sociais e faz sempre dos que vivem do seu trabalho e dos mais pobres os sacrificados pela crise, o que é perfeitamente inaceitável.

No setor financeiro, as remunerações variáveis constituem parte muito importante da retribuição normal e os trabalhadores que vivem o seu dia-a-dia a contar com essas remunerações, encontram-se já em grandes dificuldades pela retirada unilateral destas prestações em algumas Instituições.

As medidas previstas no Orçamento do Estado, a concretizarem-se, penalizam todos os trabalhadores bancários, reformados e pensionistas e, especificamente, os trabalhadores da CGD, do BP, do BPN, do IFAP, do IGCP e do IRHU.

A situação dos trabalhadores do BPN constitui também grande preocupação, sendo inaceitáveis os cortes às suas retribuições e a ameaça que está lançada sobre os postos de trabalho, o que é fruto de uma gestão fraudulenta e uma supervisão inexistente.

Idêntica preocupação também se estende à situação dos trabalhadores provenientes do Finibanco, que se veem confrontados com a imposição de alterações contratuais, violentas, inaceitáveis e violadoras da Convenção Coletiva e de Direitos Fundamentais.

Há ainda razões de preocupação relativas à negociação coletiva, já que o Governo e o O.E., que este propõe, manifestamente destrói direitos adquiridos, sendo exemplo disso a imposição de um agravamento do Horário de Trabalho que vigora no setor financeiro desde há quase vinte anos.

Nenhum trabalhador pode ficar indiferente à greve de 24 de novembro, pois do seu êxito pode depender o futuro das negociações coletivas no setor financeiro.

Pelas razões e objetivos expostos, a FEBASE e os Sindicatos que a constituem decidiram aderir à Greve Geral do próximo dia 24 de novembro de 2011, convocada conjuntamente pelas centrais Sindicais, UGT e CGTP- IN, apelando a todos os trabalhadores bancários, sindicalizados e não sindicalizados, efetivos ou precários, para que se juntem lutando pela mudança das políticas gravosas do Governo, pelo trabalho digno, contra o desemprego e a precariedade, pela defesa da negociação coletiva e pela justiça social.

Serão mantidos os serviços necessários à segurança e manutenção de equipamentos e instalações.

FEBASE
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CENTRO
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO NORTE
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE SEGUROS DE PORTUGAL
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ATIVIDADE SEGURADORA



Primeira reunião tripartida sobre fundos de pensões

TEXTO: INÉS F. NETO

Sindicatos mantêm pretensão inicial: direitos dos bancários não podem ser afetados

A primeira reunião tripartida para analisar uma eventual transferência dos fundos de pensões para a Segurança Social decorreu dia 27 de outubro no Ministério das Finanças. Os Sindicatos dos Bancários da Febase tiveram a garantia de que os direitos dos bancários, reformados ou ainda no ativo, não serão atingidos

Os Sindicatos dos Bancários da Febase saíram da reunião com o secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, e com os representantes da banca com uma "satisfação moderada", por terem visto consideradas as suas pretensões. Ou seja, de um eventual processo de transferência dos fundos de pensões nunca poderá resultar prejuízo para os bancá-

rios. Esta foi desde o início a pretensão sindical e manter-se-á até ao final.

No encontro ficou expressa a convicção de todas as partes envolvidas de que os direitos consagrados nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) aplicáveis não serão afetados, quer no caso dos bancários reformados, quer dos que estão no ativo.

É nesse sentido que aponta também o documento do grupo de trabalho constituído pelo Governo para avaliar uma eventual transferência dos fundos de pensões e que foi debatido na reunião tripartida.

De acordo com uma primeira análise do documento, os fundos de pensões complementares não serão abrangidos por esta medida. No entanto, os Sindicatos consideram existirem ainda questões a clarificar, pelo que elaboraram um documento de trabalho com a sua posição, que foi já enviado ao secretário de Estado. Aguardam agora o agendamento de nova reunião para prosseguir o debate. ■

OPINIÃO

Expresso Isabel Vicente/22.10.11

Orçamento 2012

As próximas semanas serão decisivas para um desfecho favorável no processo de transferência de parte dos fundos de pensões da banca para a Segurança Social. Em causa estão para já as responsabilidades relativas às pensões dos reformados e pensionistas. Admite-se que a solução terá de passar por concessões de parte a parte mas as primeiras indicações mostram que ninguém quer ceder nas suas posições negociais.

A dois meses e meio do final do ano, prazo para se chegar a um acordo a tempo de fazer baixar o défice orçamental para 5,9% existem demasiadas questões por responder. É por isso que o Governo vai ter de colocar o pé no acelerador e começar a negociar a todo o gás. Afinal são precisos não apenas os €850 milhões previstos inicialmente mas pelo menos 2,7 mil milhões.

Ao Expresso, os bancos dizem que não há ainda nenhuma resposta e portanto é prematuro falar da questão. "Não há nenhum esboço, quanto mais um desenho final da solução", diz fonte da banca.

Além do mais, "será preciso garantir de que para a banca o impacto terá de ser neutral". Sabe-se, por exemplo, que em relação a muitos ativos que constam das carteiras de fundos de pensões, como títulos de dívida pública ou mesmo obrigações do tesouro, a banca quer que sejam avaliados ao preço nominal e não a preços de mercado (cuja desvalorização oscilam entre os 30% e os 40%). Isto porque este desconto implicaria um esforço adicional ao nível das suas contas.

Já o ministério das Finanças remete-se ao silêncio, porque "as negociações ainda de-

correm" e, "tudo dependerá do que irá ser integrado". Fica assim por saber se a transferência dos fundos de pensões da banca vai ser idêntica à que foi aplicada aos da PT – apenas a aceitação de dinheiro e títulos de dívida pública. Uma questão pertinente já que os ativos dos fundos de pensões dos bancos privados não têm este tipo de liquidez, e teriam de vender ativos, alguns a perder dinheiro dada a fortíssima crise dos mercados. Pelo que o braço de ferro vai também jogar-se neste campo.

São contas difíceis de fazer e, para se alcançar uma solução, o Estado poderá mesmo ter de aceitar não apenas títulos de dívida pública e dinheiro, mas também outro tipo de ativos, como património imobiliário, que poderiam garantir ao Estado um "rendimento aceitável", confidenciou fonte da banca. Que adianta que insólito mesmo seria o Estado aceitar ativos de grande risco como as ações.

No total, os fundos de pensões, incluindo o do Banco de Portugal, estão avaliados em mais de €14 mil milhões. E considerando este e os do BCP, BES e BPI, contam com mais reformados do que ativos.

Perante a inevitabilidade da transferência, os bancos, o Estado e os sindicatos vão cada um "puxar a brasa à sua sardinha". As negociações prometem ser duras pois ninguém aceita ficar a perder com o negócio. Os bancos não querem ter encargos suplementares que lhes consumam capital, os sindicatos não querem que os reformados percam direitos e o Governo tem de garantir a neutralidade desta transferência para a Segurança Social.

Outro dos problemas da banca será também ter de assumir os desvios atuariais de

uma só vez porque isso implicaria efeitos negativos na sua contabilidade.

"A liquidação dos ativos das carteiras dos fundos de pensões é outro pormenor a considerar. Se isso lhes custar capital, a transferência deixa de ser interessante no imediato para certos bancos", diz outra fonte. Mas, para a banca, a transferência dos seus fundos de pensões também a liberta de responsabilidades futuras, tendo em conta as exigências que advêm de Basileia III. Tudo dependerá da fatura a pagar.

Já do lado dos sindicatos, Rui Riso, que preside ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, diz que "ainda ninguém apresentou nenhuma solução". Mas adianta: "Se houver passagem há um conjunto de questões que deve ficar assegurado". E, explica: "Os fundos de pensões dos bancários estão provisionados para pagar 14 meses e não apenas 12 aos reformados".

Se a transferência se concretizar este ano, deve garantir-se que os reformados não são abrangidos pelos cortes anunciados para 2012 quanto aos subsídios de férias e Natal. No entanto, segundo fonte do sector, isso estará assegurado "porque o Estado garante que os bancários serão um grupo fechado não sujeito às regras da Segurança Social". Uma ideia que colide com o que é dito face aos reformados do fundo de pensões do Banco de Portugal. Isto porque, independentemente da sua transferência, irão sofrer com os cortes anunciados por serem considerados reformados do Estado. No entanto, as dúvidas prevalecem face às restantes. Mas mesmo que o fundo de pensões do Banco de Portugal seja transferido, o montante não chega para tapar o buraco do défice, pois vale €1,3 mil milhões e é preciso mais do dobro. ■

Em defesa dos trabalhadores do ex-Finibanco

Comissão Permanente do SBN autoriza Direção a declarar nova greve

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

A Comissão Permanente do Conselho Geral do SBN, reunida em 13 de outubro, decidiu, por unanimidade e aclamação, aprovar uma proposta da Direção para declarar greve, até ao limite de dez dias, abrangendo todos os trabalhadores seus associados da Caixa Económica do Montepio Geral – provindos do Finibanco – ao serviço no "Edifício Central-Porto", em Júlio Dinis (Les Palaces), e no "Edifício Central", em Rio Meão (Aveiro), caso a administração não recue na sua posição de, ilegalmente, tentar transferi-los para Lisboa.

Recorde-se que a Caixa Económica do Montepio Geral, por deliberação do Conselho de Administração de 28 de julho e a coberto de uma "reorganização de serviços, concentrando a atividade em Lisboa", decidiu transferir 264 trabalhadores do Porto para Lisboa, abrangendo, naquela medida, cerca de uma centena de sócios do SBN.

Mas o SBN opôs-se, desde o início daquele processo, dada a flagrante violação do acordo coletivo de trabalho do setor bancário, exigindo a expressa re-



Unanimidade e aclamação na votação da Comissão Permanente do SBN

vogação da deliberação de transferência destes associados, bem como a anulação de todas as ordens de transferência já comunicadas.

Aquela medida traduz-se na imposição de uma condição impossível de satisfazer para a totalidade dos associados, constituindo, por isso, uma tentativa de despedimento coletivo encapotado.

Todavia, reconheça-se que a reunião efetuada em 7 de outubro, com a administração, abriu perspectivas de possibi-

litar um acordo negociado entre todas as partes.

Mas os associados do SBN implicados no processo mantêm a vontade de lutar, por todas as formas legais ao seu alcance, incluindo a greve e pelo tempo que for necessário, para que seja encontrado um acordo negociado através do sindicato, que dê garantia de que nenhum trabalhador seja definitivamente transferido para Lisboa sem o seu prévio acordo e sem a definição de compensações adequadas. ■

Febase solicita reunião de urgência à administração da CGD

TEXTO: INÉS F. NETO

Face às medidas gravosas contidas na proposta do OE 2012 que podem afetar os trabalhadores da CGD, a Febase solicitou uma reunião à administração, com caráter de urgência, com o objetivo de obter esclarecimentos sobre a interpretação do banco quanto à sua aplicabilidade na Instituição

A Febase considera que os trabalhadores da CGD não podem continuar a ser espoliados, recusando baixar os braços e deixar de lutar pelos direitos consagrados no AE, livremente negociado pela Federação e o banco.

Nesse sentido, foi solicitada no dia 8 uma reunião à administração da CGD, com o objetivo de obter esclarecimentos antes da discussão e votação do Orçamento do Estado para 2012 (OE 2012).

Num comunicado aos trabalhadores da Instituição, a Febase lembra que a proposta de Orçamento para o próximo ano "é gravemente lesiva para os trabalhadores da CGD, que veem a pretensão do Governo de lhes retirar os subsídios de Natal e de férias nos próximos dois anos".

"Não bastou a diminuição dos salários em 2011, com a aplicação de um imposto extraordinário, que se irá manter em 2012 e 2013, compensatório dos sucessivos erros dos nossos Governantes na gestão do erário público", frisa a Federação.

A Febase critica ainda a não aplicação da tabela salarial do setor bancário em 2009 e 2010, "com a justificação de que os trabalhadores da CGD integram o setor empresarial do Estado, devendo ser-lhes aplicado o que for determinado para a função pública, argumento este que não colheu em 2009, quando os funcionários públicos foram aumentados em 2,9%, mas aqui já os trabalhadores da CGD eram bancários, pelo que não beneficiaram desta medida".

Perante este quadro, a Federação deixa claro que os trabalhadores da CGD "não aceitam ser os bodes expiatórios dos desvarios da má governação". E exige: se há lugar a sacrifícios, que sejam repartidos por todos, "detentores do capital incluídos". ■

Processo negocial na reta final

Depois de um longo interregno, o processo negocial da contratação coletiva no setor de seguros encontra-se a decorrer com a normalidade desejada, encontrando-se já na reta final

TEXTO: PATRÍCIA CAIXINHA/CARLOS MARQUES/LUÍS DIAS

Negociar um clausulado que, em muitos aspetos, radica na realidade dos anos 70 do século passado, exige uma vontade séria de o adaptar à atual conjuntura, num momento de particular gravidade para os trabalhadores, em particular pelas ameaças que pairam sobre os mais variados aspetos da sua ligação às empresas e ao próprio emprego.

Exige-se dos parceiros sindicais a coragem de saber mudar o que não é fundamental e que a prática dos trabalhadores e das empresas já consolidou nestes 40 anos. Há também que saber distinguir o essencial, mantendo uma atitude firme.

Quanto à APS e respetivos associados, cabe reconhecer aquilo que parece ser uma vontade séria de negociar, por contraponto ao ocorrido no passado. Por isso muitos avanços já se deram e outros certamente, até ao final, ocorrerão.

As matérias com incidência pecuniária direta ou indireta terão de ser tratadas com particular cuidado, não podendo a APS iludir a responsabilidade que lhe cabe no facto de, em dois anos consecutivos, o setor de seguros não ter tido aumentos salariais.

Já se encontram finalizadas e acordadas, entre o STAS/SISEP e a APS, diversas matérias importantes, tendo-se obtido consenso em aspetos como: mobilidade funcional; interinidade de funções; transferência por motivos de saúde; duração do trabalho; tempos de refeição; banco de horas; trabalho suplementar; regras para atribuição do subsídio de refeição; retribuição por isenção de horário de trabalho; direitos sindicais e repre-

sentação coletiva; duração das férias, interrupção do período de férias, feriados, Páscoa e Natal; faltas justificadas; formação profissional; medicina no trabalho; segurança e saúde no trabalho; dispensa da prestação de trabalho/direitos específicos, trabalhador estudante e processo disciplinar; ausência por aplicação de medida de coação penal e concessão de apoio social ao agregado familiar do trabalhador sujeito a essa medida; trabalho por turnos; seguro de doença; indemnização por fatos ocorridos em serviço; condições nos seguros próprios; quebras de caixa; pagamento de despesas efetuadas em serviço em Portugal e no estrangeiro; seguro de vida; regras para atribuição do complemento do subsídio de doença.

Também foram obtidos consensos no que toca aos grupos profissionais, categorias, funções e bandas salariais, faltando afinar questões de pormenor.

Neste momento estão a ser abordadas as questões mais delicadas e nas quais as partes envolvidas, ainda que com opiniões divergentes, procuram chegar a um consenso no sentido de um objetivo comum: um CCT de Seguros que seja considerado um documento modernizador das relações de trabalho no nosso setor de

atividade, mantendo vivo, ao mesmo tempo, o espírito solidário que distingue a nossa atividade das restantes.

Falamos, por exemplo, da resistência, por parte da APS, em não incluir no novo CCT qualquer referência à existência de promoções obrigatórias. Sobre esta matéria, o STAS apresentou na reunião do passado dia 2 de novembro, uma proposta que irá permitir a progressão na carreira, para além da dimensão facultativa que a APS pretende. Esta considerou como ajustados os critérios propostos e ficou de analisar os mecanismos de progressão inseridos na nossa proposta.

Falamos também do prémio de permanência que a APS pretende que substitua o atual prémio anual de antiguidade, e do plano individual de reforma (PIR), uma inovação para os contratados depois de 1995 e que, atualmente, não possuem complementos de reforma.

Continuaremos com a habitual proatividade que nos tem distinguido, dotar o nosso setor de atividade com um novo CCT que possa traduzir tudo aquilo que se encontra estatuído e que é matéria imperativa emanada do Código do Trabalho, por um lado, e práticas correntes emergentes das relações de trabalho existentes nas empresas de seguros, por outro. ■

I Encontro de Jovens da Febase em Ofir

A nova geração deve assegurar o futuro dos sindicatos

As opiniões foram unânimes: o 1.º Encontro de Jovens da Febase correu da melhor forma. As várias intervenções contribuíram para que todos ficassem mais informados sobre a importância dos sindicatos na vida democrática, sobretudo na situação difícil que o País atravessa e face à grave crise económica e institucional da União Europeia. Os jovens formaram uma plateia atenta, interessada e bastante interventiva, mostrando à atual geração de dirigentes que o futuro dos sindicatos não está ameaçado. Os momentos lúdicos fizeram o contraponto à seriedade do debate, proporcionando a todos a descontração necessária

Texto: **INÉS F. NETO**



Aprender a negociar

A negociação coletiva não é fácil, não se cansam de repetir aos sindicalistas – e os jovens participantes no 1.º Encontro da Febase viveram essa experiência.

Divididos em grupos, encarnaram o papel de representantes dos trabalhadores e das entidades patronais numa simulação de uma ronda negocial, tentando fazer valer argumentos e defender os interesses dos que representavam.

Mas antes de se transformarem em negociadores tiveram uma “lição” de dois especialistas: José Faria, jurista e assessor da Febase, e Manuela Massena, também jurista e técnica da Direção-Geral do Emprego e Relações Laborais.

José Faria fez uma exposição profunda sobre a relação de trabalho, deixando claro que as duas partes não estão ao mesmo nível, pois o trabalhador é subordinado do empregador. Por isso é tão importante o trabalhador estar informado.

O jurista explicou ainda os diversos tipos de contrato de trabalho existentes e os direitos consagrados na Constituição da República, detendo-se no papel dos sindicatos na contratação coletiva.

Já Manuela Massena deixou aos jovens um conjunto de informações sobre os processos de conciliação e mediação de conflitos de trabalho, a que as partes podem recorrer (em conjunto ou só uma delas) quando a negociação direta se rompe por desacordo.

“Em situações em que sabemos que é o fator remuneratório que está a enquistar o processo negocial, há que ser criativo e procurar outras soluções”, aconselhou.

Depois de ouvirem os especialistas, foi a vez de os jovens deitarem mãos à obra e mostrarem do que são capazes. Nas duas situações negociais as partes não chegaram a acordo e Manuela Massena entrou em ação, tentando a conciliação.

O dia de trabalhos terminou com uma mensagem de Carlos Marques, secretário-geral da Febase, que se congratulou pelo interesse manifestado pelos jovens, como ficou demonstrado na sua participação ativa – e capacidade de resistir à praia, mesmo ali ao lado.

O 1.º Encontro de Jovens da Febase teve início no dia 14 de outubro, com a receção aos muitos participantes e terminou a 16, depois de uma manhã inteiramente dedicada aos jogos ao ar livre, cuja temática foi a época medieval. Como Clara Quental, da Comissão Organizadora, informaria, entre sócios dos cinco sindicatos da Febase, staff e convidados, estiveram presentes em Ofir mais de quatro centenas de pessoas.

Os trabalhos propriamente ditos começaram na manhã de sábado e prolongaram-se até quase à noite, numa sucessão de colóquios, debates... e algumas surpresas.

A Comissão Organizadora – composta por Patrícia Caixinha (STAS), Ana Ribeiro, Clara Quental e Gabriel Costa (SBN), Francisco Carapinha (SBC) e João Ferreira (SBSI) – deu as boas vindas aos

participantes e aos convidados, pondo-os ao corrente das atividades planeadas, quer em termos de trabalho, quer de animação para os jovens, acompanhantes e filhos.

Mário Mourão, como presidente do sindicato anfitrião explicou que o SBN candidatou-se à organização do Encontro dando assim corpo a um compromisso assumido com os sócios jovens pelo seu empenhamento no referendo sobre a integração do sindicato na Federação do Setor Financeiro, agradecendo-lhes desta forma “a sua determinação e empenho neste projeto que é a Febase”.

A abertura formal dos trabalhos esteve a cargo de Alfredo Correia. Lembrando que o futuro do movimento sindical “depende sempre da geração seguinte”, o presidente do Conselho Geral da Federação venceu as diferen-

ças entre os sindicatos verticais e os paralelos, bem patentes quando há atropelos aos direitos dos trabalhadores, como recentemente aconteceu no BPN ou no Montepio Geral com os trabalhadores do Norte do ex-Finibanco. Os sócios do SBN tiveram do seu sindicato uma ação firme, com recurso à greve e manifestação em Lisboa, abrindo assim a via do diálogo com a administração do Montepio. Foi travado o processo de despedimento encapotado na obrigatoriedade de deslocação para Lisboa. Pelo contrário, acusou Alfredo Correia, os sócios do Sindicato dos Quadros tiveram como resposta que fossem para Lisboa, pois não podia fazer nada. “Ser sócio de um sindicato vertical é como fazer uma apólice de seguros para quando precisamos”, concluiu o presidente do Conselho Geral da Febase.

Intervenção sindical face à crise

Helena André, ex-ministra do Trabalho e atual deputada do PS, moderou a primeira mesa redonda, subordinada ao tema “Intervenção sindical face à crise”, que contou com a participação dos presidentes dos cinco sindicatos que integram a Febase e ainda de João Proença, secretário-geral da UGT.

A crise e as medidas de austeridade da proposta de Orçamento do Estado para 2012 dominaram este painel.

Rui Riso (SBSI) alertou a assistência para o facto de que em momentos de crise “os sindicatos veem reduzido o seu espaço de reivindicação” e o “edifício democrático é assaltado por tentativas de diminuir direitos dos trabalhadores”, o que deve levar a “uma maior consciência sindical de todos”.

Defensor de que uma crise nunca é uma oportunidade, o presidente da Direção do SBSI recordou que os jovens bancários e os trabalhadores dos seguros “não são a geração dos 500 euros porque os sindicatos são fortes”. Mas um movimento sindical forte exige sindicalização, uma obrigação de todos. “Tomem essa missão nas vossas mãos”, desafiou os jovens. “Só ultrapassamos o que vem aí com um movimento sindical forte. A nossa geração está à disposição da vossa”, disse.

Mário Mourão (SBN) seguiu a mesma linha de pensamento, denunciando as atitudes governamentais e patronais, que acenam com o “fantasma oportunista da crise” para confrontarem os trabalhadores com medidas brutais.

Referindo também o exemplo da luta desencadeada em defesa dos trabalhadores do ex-Finibanco, o presidente da Direção do SBN considerou que “compete a todos os trabalhadores não abandonar esta nau”, pois se a estratégia de

“despedimento encapotado” do Montepio vingasse, “amanhã teríamos os outros bancos a fazer o mesmo”. “Os bancários vão ser confrontados com este tipo de ações. Temos de caminhar juntos, não podemos baixar os braços nesta terrível batalha”, exortou.

Forte presença feminina

Depois de se congratular com uma tão forte presença feminina num evento sindical, Carlos Silva (SBC) lembrou as palavras da líder da UNI-Europa Bernadette Ségol, no recente Congresso da organização: hoje os sindicatos estão confrontados não com as vontades e decisões das entidades patronais mas com as decisões dos governos. Hoje são os governos os adversários dos sindicatos e dos trabalhadores.

Outro dado importante, disse, é que o movimento sindical está atualmente perante uma crise, que “pode surgir como uma oportunidade para os sindi- ▶

► catos redefinirem as suas estratégias, se posicionarem e buscarem no seu seio e da sociedade de novo os pressupostos que levaram à sua constituição: defender os trabalhadores, lutar pelos seus direitos e pelas suas condições de trabalho e de vida, lutar pela classe – e neste caso cabe aos sindicatos do setor financeiro lutar pelos bancários e pelos trabalhadores da atividade seguradora”.

Referindo-se ao papel dos jovens nos sindicatos, Carlos Silva defendeu a política de proximidade praticada pelo SBC e denunciou que os jovens estão intimidados nos locais de trabalho. “Digo aos jovens e aos menos jovens: não tenham medo. Não podemos ter medo de defender os nossos direitos”.

Carlos Marques (STAS) também não deixou passar a oportunidade de se referir à maciça participação feminina, conseguida de forma espontânea “e sem necessidade de quotas”.

Defendendo uma posição contrária à de Rui Riso, considerou que as crises são uma oportunidade, que o movimento sindical deve aproveitar para “dar uma resposta no seu todo a um ataque com a ferocidade do que está a acontecer e nada garante que não continue”.

Carlos Marques referiu que há já trabalhadores a dessindicalizarem-se para não pagarem quota, porque esse dinheiro lhes está a fazer falta. “É preciso uma resposta interna, os cinco sindicatos da Febase devem avançar sem medo para a criação de um sindicato único. Se os trabalhadores virem que os sindicatos estão a criar condições para ficarem mais fortes perceberão que vale a pena continuarem sindicalizados”.

Por sua vez, Luís Correia (SISEP) pediu aos jovens para não terem medo, pois “vivemos numa sociedade livre, aberta e plural”, onde “qualquer governo, por mais legitimado que seja, não tem o direito de não contribuir para o bem-estar da sociedade e dos seus cidadãos”.

Nesse sentido, considerou que se a organização do Encontro tinha já razão



de ser, “hoje ainda tem mais, por aquilo que foi anunciado pelo atual Governo, que é legítimo, é democrático, foi sufragado pela esmagadora maioria do povo português, mas tem a obrigação fundamental de criar condições para os que têm menos posses tenham uma vida mais digna e com mais qualidade. E aquilo que acaba de ser anunciado traz muitos problemas aos homens e mulheres que trabalham”.

O presidente adjunto do SISEP terminou com uma palavra de esperança: “A vida é de todos nós e unidos vamos dar a volta a isto”.

Pôr o salário no centro da reivindicação

A Helena André e a João Proença couberam as últimas intervenções do painel. A ex-ministra do Trabalho considerou que a crise deve ser um momento para mudança de modelo, pois as respostas do passado já não servem. No entanto, disse, o que se observa em Portugal e na generalidade do mundo desenvolvido é que “não estamos a tentar mudar o modelo mas a tentar voltar rapidamente para esse modelo, que aumentou as desigualdades”.

Recordando que nos últimos anos o peso dos salários no PIB tem sido nulo ou negativo, Helena André defendeu que a estratégia sindical “não pode ser a mesma que sempre praticámos, tem de ter novos objetivos. É fundamental que nos próximos anos tenhamos a capacidade de repor o salário no centro da reivindicação sindical”.

Também o líder da UGT se mostrou preocupado com a situação dos trabalhadores portugueses, admitindo que é preciso equilibrar as finanças públicas e diminuir a dependência do exterior, mas, disse, “não podemos aceitar

que os sacrifícios sejam só dos trabalhadores”.

“As linhas do orçamento do Estado comportam um risco extremamente grave de aumentar a pobreza, de diminuição dos direitos dos trabalhadores e de se entrar num ciclo de recessão. As medidas têm de ter uma componente de crescimento”, frisou.

Referindo-se aos sacrifícios exigidos aos pensionistas, aos trabalhadores da função pública, do sector empresarial do Estado e do sector privado – com o aumento de 15 dias de trabalho por ano, que vai fazer crescer o desemprego –, João Proença avisou: “Não somos solidários com medidas de desregulação laboral. Não fazemos a luta pela luta, mas vamos lutar determinada e com certeza obter mudanças para construir um futuro melhor, com crescimento e emprego”.

No debate que se seguiu às intervenções, os jovens bancários e trabalhadores dos seguros participaram ativamente, colocando questões pertinentes aos dirigentes sindicais e solicitando respostas para problemas concretos que relataram ou querendo saber que posição vão tomar face às medidas anunciadas pelo Governo.

O sistema financeiro face à crise

O segundo painel de discussão, subordinado ao tema “A crise europeia: consequências no sector financeiro”, teve como oradores Silva Peneda, presidente do Conselho Económico e Social (CES) e Pedro Seixas Vale, presidente da Associação Portuguesa de Seguros (APS). Por razões profissionais, o terceiro convidado, Artur Santos Silva, presidente do CA do Banco BPI, não pôde estar presente. O comentário coube ao empresário e criativo Miguel Gonçalves. ■



Textos: Rui Santos

Karting

João Paulo Martins ganha em Fátima

A 13.ª edição do campeonato nacional interbancário de karting chegou ao fim, com a realização da final nacional, no kartódromo de Fátima

A prova teve lugar em 9 de outubro e nela participaram 25 representantes do Sul e Ilhas, sete do Norte e um do Centro, num total de 33 pilotos.

Com excelentes condições climatéricas, os pilotos distribuíram-se por duas mangas de apuramento para que os dez primeiros de cada uma delas viessem a constituir a grelha de partida para a ansiada final, aguardada com muita expectativa pelos familiares e amigos dos participantes que assistiam à competição.

Ao cabo das cerca de trinta voltas ao circuito, foi João Paulo Martins, do BCP, quem mais e melhor acelerou e, por isso, veio a sagrar-se como novo campeão nacional da modalidade, seguido



de perto por José Luís Feliciano, da Unicre.

Ficou assim ordenada a classificação dos dez primeiros:

1.º João Paulo Martins (BCP); 2.º José Luís Feliciano (Unicre); 3.º Domingos Coragem (CCAM Alentejo Central); 4.º Rui Serrão (BCP); 5.º Nuno Pousadas (Banif); 6.º Paulo Fachada (Barclays); 7.º António Manuel Faria (Ifap); 8.º Luís Filipe Simões (B. Popular); 9.º Carlos Manuel Gonçalves (Banif); 10.º João Pedro Faria (BES).

Todos os dez primeiros pilotos representavam o SBSI, enquanto os dois finalistas do Norte – José Diogo Giraldes, do BST, e Gaspar Couto, do BCP – obtiveram a 11.ª e 13.ª posição, respectivamente.

Após a entrega dos troféus, Manuel Camacho, da Direcção do SBSI e que ali estava também em representação da Febase, fez questão de reforçar a ideia que “apesar da crise, os Sindicatos do sector financeiro vão continuar a pautar a sua ação pela defesa intransigente dos trabalhadores que representam”. ■

Pesca

Eduardo Biscaia é campeão de mar

Eduardo Biscaia, do BES, é o novo campeão nacional de pesca de mar, tendo logrado larga vantagem sobre o seu mais imediato competidor, José Azevedo, também do BES, na final de Peniche

Foram setenta os pescadores que, em representação de 16 equipas de grupos desportivos da banca, participaram na final nacional de pesca de mar, realizada nas águas de Peniche, em 8 de outubro.

Sob um sol luminoso, que ia aumentando de intensidade calorífica à medida que a manhã avançava, os participantes na final nacional depararam com grande abundância de peixe, de tal modo

que seis pescadores lograram capturar individualmente mais de dez quilos de pescado e o açoriano Pedro Amaral, do Banif, conseguiu para si a proeza de quase atingir os vinte quilos de capturas.

Na prova participaram pescadores dos três Sindicatos. Mas a supremacia viria a pertencer aos representantes do Sul e Ilhas, com 16 classificados nos primeiros 17 lugares da classificação – dois deles vindos de Ponta Delgada – sendo a exceção um dos representantes do Centro, Vítor Malheiros, do BCP, que obteve a sexta posição na tabela, enquanto o melhor classificado do Norte, Manuel Oliveira, do BES, obteve um modesto 22.º lugar.

Classificações dos primeiros

Individual: 1.º Eduardo Biscaia (BES), 27 000 pontos; 2.º José Azevedo (BES), 21 420; 3.º Pedro Amaral (Banif), 19 640; 4.º Artur Silva (BPI), 17 020; 5.º

João Miguel Silva (Banif), 16 120; 6.º Vítor Malheiros (BES), 15 840; 7.º José Manuel Sá (BST), 15 440; 8.º José Carlos Bernardino (BCP), 15 080; 9.º António Marques (BCP), 12 720; 10.º Carlos Alberto Sousa (Banif), 11 060.

Equipas: 1.ª BES 1/Sul, 17 pontos; 2.ª Millennium 1/Sul, 32; 3.ª Ponta Delgada/Sul, 37; 4.ª GDST/Sul, 43; 5.ª BPI/Sul, 47; 6.ª Equipa 1/Centro, 54; 7.ª Clube Banif/Sul, 85; 8.ª MBCP A/Norte, 99.

Terminada a prova e após a distribuição de troféus aos vencedores, Carlos Silva, presidente da Direcção do SBC e que ali estava em representação da Febase, teve ocasião de se dirigir aos presentes, para agradecer a sua participação e desportivismo mas, também, para sublinhar que “os Sindicatos continuam empenhados na defesa dos postos de trabalho e dos Fundos de Pensões dos bancários”. ■

Época medieval

A Comissão Organizadora planeou um jantar medieval a preceito, ao ar livre e com decoração e música alusiva. Para estarem enquadrados no cenário, os participantes tiveram à disposição fatos da época.

No domingo e antes do regresso a casa, a época medieval voltou a marcar, desta vez como inspiração para os jogos ao ar livre, um dos momentos mais divertidos para miúdos e adultos.



Textos: Rui Santos

Snooker

Hélder Monteiro bate concorrência

Hélder Monteiro sagrou-se campeão nacional interbancário de snooker, ao bater toda a concorrência na final nacional, que teve lugar em Ovar, em 15 e 16 de outubro, e que contou com a participação de oito finalistas, quatro em representação do Sul e Ilhas, três do Norte e um do Centro



A final foi renhida e bem disputada mas Hélder Monteiro foi ultrapassando todos os obstáculos, até chegar ao embate derradeiro, com Pedro Correia, seu colega de banco em Lisboa. E aí voltou a marcar a sua supre-

macia, podendo dizer-se com propriedade que o título nacional ficou bem entregue.

A vitória de Hélder Monteiro fica ainda mais valorizada por ter sido obtida frente ao actual campeão do Sul e Ilhas.

Foi esta a classificação dos oito finalistas:

1.º Hélder Monteiro (BCP/Norte); 2.º Pedro Correia (BCP/Sul); 3.º Laurent Teixeira (BNP/Sul); 4.º Alberto Malheiro (BCP/Centro); 5.º João Salgado (CCAM Algarve); 6.º Fernando Pires (BPI/Sul); 7.º Mário Caldas (Montepio/Norte); 8.º António Garcez (Montepio/Norte).

A cerimónia de entrega de prémios decorreu conjuntamente com a realização para a entrega de prémios aos participantes na final do bowling, que também decorreu em Ovar. ■

Bowling

Gabriel Dias vence final de Ovar

O bowling é uma das modalidades mais recentes no calendário de atividades dos sindicatos da Febase. Por ser assim, só agora teve lugar a realização da 6.ª edição do campeonato nacional interbancário de bowling, que chegou ao fim em 16 de outubro, em Ovar, e com a vitória de Gabriel Dias, um praticante já credenciado de edições anteriores



Atletas do Banco de Portugal e do BPI nos primeiros lugares

A final nacional contou com a participação dos 22 bancários que passam por ser os melhores praticantes da modalidade, já que foram os melhores classificados dos torneios organizados pelos seus Sindicatos.

Tal como em anos anteriores, a supremacia dos representantes do Sul e Ilhas voltou a ser notória, ao ponto de todos os seus representantes chamarem a si os primeiros quinze lugares da tabela, enquanto o mais pontuado do Norte, Rogério Afonso, do BCP, se quedou por um modesto 16.º lugar e o representante do Centro, António

Cardoso, do BES, obteve a 21.ª posição.

Registe-se a crescente adesão feminina à prática da modalidade, comprovada pela presença de quatro bancárias entre os 22 finalistas. E Helena Lourenço, da Unicre, logrou mesmo um lugar entre os dez primeiros, com Fátima Ribeiro, sua colega de banco, a obter a 14.ª posição, enquanto Liseta Pereira e Maria José Cunha, ambas do BPI, alcançaram postos mais modestos na tabela.

Os dez primeiros classificados ficaram assim ordenados:

1.º Gabriel Dias (B. Portugal); 2.º Rui Duque (BPI); 3.º Jorge Teixeira (BPI); 4.º Briano Sousa (BPI); 5.º Nuno Pedro (B. Portugal); 6.º Pedro Pela (B. Portugal); 7.º Mário Batista (Banif); 8.º Jerónimo Fernandes (B. Portugal); 9.ª Helena Lourenço (Unicre); 10.º Carlos Sieuve (CEMAH).

Após a distribuição de prémios, Francisco Carapinha, da Direção do SBC, usou da palavra em nome da Febase, tendo abordado os principais problemas da atualidade sindical no setor e, também, a importância da organização e ocupação dos tempos livres na normal atividade dos Sindicatos. ■

Golfe

Pedro Taborda e Rui Silva repartem títulos

Pedro Taborda, na vertente de "gross", e Rui Silva, em "net", repartem entre si os títulos nacionais de golfe, sendo os grandes vencedores do 8.º torneio nacional interbancário da modalidade

A final da competição teve lugar na Quinta do Vale, em Castro Marim, no passado dia 29, com a participação de 26 praticantes da modalidade e que ali estiveram em representação de quatro dos cinco sindicatos filiados na Febase, sendo de registar a primeira participação do STAS neste campeonato.

A prova teve início bem cedo e foi disputada num terreno difícil, sendo assim classificado pela generalidade dos finalistas. E Pedro Taborda, do Banco Popular, o melhor classificado na vertente de "gross", repetiu a vitória do ano anterior, mas teve um digno rival em Paulo Rocha, do STAS, que veio de Angra do Heroísmo para garantir o título de vice-campeão, depois de ter ganho o apuramento dos Açores.

Classificações

"Gross": 1.º Pedro Taborda (B. Popular/SBSI), 24 pontos; 2.º Paulo Rocha (Açoreana/STAS), 22; 3.º Carlos Felício (BCP/SBSI), 21; 4.º Francisco Oliveira (Individual), 21;

5.º José Reis Mendes (BES Açores/SBSI), 19; 6.º João Agostinho Castro (B. Portugal/SBSI), 18; 7.º Rui Silva (CCAM Aljustrel e Almodôvar/SBSI), 17; 8.º Juvenal Candeias (BBVA/SBSI), 16; 9.º Carlos Ribeiro (BCP/SBSI), 16; 10.º Fernando Veiga da Costa (B. Portugal/SBSI), 15.

O golfista mais pontuado do Sindicato dos Bancários do Norte foi Vasco Valente, do BST, que somou doze pontos e obteve o 12.º lugar.

"Net": 1.º Rui Silva (CCAM Aljustrel e Almodôvar/SBSI), 36 pontos; 2.º Juvenal Candeias (BBVA/SBSI), 34; 3.º Vasco Valente (BST/SBN), 34; 4.º Luís Valença (BCP/SBSI), 34; 5.º Pedro Taborda (B. Popular/SBSI), 33; 6.º Carlos Felício (BCP/SBSI), 33; 7.º Carlos Eufrásio (BST/SBSI), 33; 8.º Fernando Veiga da Costa (B. Portugal/SBSI), 33; 9.º Paulo Rocha (Açoreana/STAS), 33; 10.º João Poeira Oliveira (CCAM Algarve/SBSI).

Note-se que, apesar das suas modestas prestações, Carlos Felício e Carlos



Eufrásio lograram obter a tacada mais próxima do buraco e a tacada mais longa, respetivamente.

A Direção da Febase esteve altamente representada na cerimónia de entrega de prémios, com Henrique Rego, Alfredo Correia e Francisco Mateus, do SBN, Pastor Oliveira e Manuel Camacho, do SBSI, e António Pimentel, do SBC.

Xadrez

António Manuel Fernandes é novo campeão

A 26.ª edição do campeonato nacional interbancário de xadrez terminou em 30 de outubro, com a realização da final nacional, que contou com a presença dos melhores 18 praticantes da modalidade no setor bancário

Monte Gordo encheu-se de turistas no Verão mas ali reinava a calma no último fim-de-semana de outubro, escolhido no calendário para a realização da final da competição, nas instalações de uma unidade hoteleira local.

Na final participaram 12 xadrezistas do SBSI, cinco do SBN e um do SBC mas desde muito cedo se vislumbrou que a competição só podia ter um vencedor, António Manuel Fernandes, tal a supremacia exercida sobre toda a concorrência por este xadrezista, que é um dos melhores mestres da atualidade, mesmo a nível internacional, e que é o atual campeão do Sul e Ilhas.

António Manuel Fernandes, do BPI, ganhou todos os seis jogos disputados e bateu na final um digno vencido, João Carlos Pacheco, do BCP/Faro, que tinha vencido os quatro jogos anteriores.

Esta foi a classificação dos dez primeiros:

1.º António Manuel Fernandes (BPI/Lisboa), 6 pontos; 2.º João Carlos Pacheco (BCP/Faro), 4; 3.º Micael Santos

(BCP/Lisboa), 4; 4.º Mário António Machado (BST/Porto), 3,5; 5.º Jorge Nunes (BPI/Lisboa), 3,5; 6.º Daniel Silva (Banif/Leiria), 3,5; 7.º João Manuel Ferreira (CGD/Lisboa), 3,5; 8.º Paulo Jorge Coelho (Popular/Portimão), 3,5; 9.º António Pracas Rebelo (BPI/Lisboa), 3; 10.º Manuel Almeida (BES/Lisboa), 3.

Pastor Oliveira, da Direção do SBSI, representou a Febase na entrega de prémios aos finalistas e, no termo da cerimónia, não quis deixar de referenciar as dificuldades sentidas pelos sindicatos neste momento de crise financeira, salientando que só os sindicatos verticais estão em condições de poder dar adequada resposta a essas dificuldades e aos anseios dos trabalhadores. ■

Antiga sede

Um espaço com dignidade para convívio e lazer



As instalações da Rua Lourenço Almeida Azevedo que, de finais de 1974 até abril de 1984, serviram de sede ao SBC e que continuam na sua posse, mantêm grande atividade no seu interior e todos estão interessados em lhe conferir uma melhor e mais alargada utilização. É lá que está a biblioteca do Sindicato, que se encontra em vias de organização. Também naquelas vetustas instalações funciona, desde outubro de 2005, uma escola de pintura para bancários, uma escola de qualidade que todos os anos promove uma exposição. A Secção Regional de Coimbra tem, também aqui, as suas instalações, bem como a Comissão Sindical de Reformados.

Quer a Direção quer o Departamento de Tempos Livres programam e ali organizam com grande frequência atividades socioculturais, tal como alguns grupos de bancários ali promovem, frequentemente, encontros gastronómicos.

A riqueza das instalações passa ainda por um belo e acolhedor jardim e, interiormente, salas de jogos, bar e biblioteca, que podem propiciar aos seus frequentadores bons momentos de distração e de relaxamento.

Daqui se lança um repto a todos os colegas, principalmente aos reformados de Coimbra: façam daquelas instalações a sua segunda casa, pois, como alguém já disse, o referido espaço é de todos e como tal deve ser utilizado. ■

Formação para reformados com cursos de Internet e de Excel

De 13 de setembro a 7 de outubro decorreu, em Leiria, um curso de Excel - nível II - para reformados, retomando-se assim a formação na área das novas tecnologias, destinado a colegas na situação de reforma, pois é nesta faixa etária que os colegas sentem maiores dificuldades.

O curso teve a duração de 20 horas e tinha como condição básica terem os formandos frequentado o nível I. E versou matérias como fórmulas e funções, referências absolutas e relativas, funções matemáticas, geração de números aleatórios, prestações, juros e amortizações, gráficos, tabelas e muitas outras matérias, constantes do módulo em questão.

De 14 de outubro a 4 de novembro decorreu, em Caldas da Rainha, um curso de iniciação à Internet, também para reformados e com a duração de 20 horas, curso que teve lugar nas instalações do Sindicato. As matérias que este curso tratou são as noções básicas da Internet e sua navegação, motores de busca, correio eletrónico e comunicação através de Internet.



Como vem sendo hábito nestes cursos, o Sindicato ofereceu um jantar de confraternização aos participantes, para assim solidificar ainda mais o espírito de união que normalmente estas

atividades arrastam. E foi com muito prazer que mais uma vez se constatou a satisfação de todos sem exceção, formulando votos para que a formação continue. ■

Pesca

Rui Nunes vence no alto mar

Após o adiamento de uma semana, em virtude de um mar "grande" e muito turbulento, foi possível vislumbrar uma janela de bom tempo e agendar a final regional de pesca de alto mar, uma prova que faz parte do calendário de atividades que o SBC anualmente leva a efeito e que teve lugar na Nazaré, em 23 de outubro.

Com a presença de dez intrépidos e motivados participantes, a saída foi dada no porto de abrigo da Nazaré, a bordo da embarcação "Mola Mola", capitaneada por Zé António, um experiente mestre pescador e também grande conhecedor dos mares daquela região marítima.

O tempo apresentava-se fresco, o vento fraco, um mar de 1,7 metros, enfim, estavam reunidas todas as condições para um bom dia de mar.

Rumando para noroeste, os pescadores passaram ao largo da Pedra do Guilhim e dirigiram-se para o pesqueiro, sabiamente escolhido pelo Mestre.

A prova decorreu de forma muito agradável onde até o peixe colaborou, com os safios e os besugos a serem os



Rui Nunes, à esquerda, recebe o troféu das mãos de Pedro Veiga e de Carapinha Barrenho

reis da pesca, pois foram as espécies pescadas mais preponderantes.

Ao cabo de duas horas procedeu-se à rotação dos lugares, para repor energias e proceder à hidratação do corpo.

A pesca durou quatro horas e todos regressaram contentes da faina, pois a pescaria rendeu muito, quer em quantidade quer em qualidade.

O almoço decorreu num prestigiado restaurante da Nazaré. E num ambiente

de sã camaradagem e desportivismo procedeu-se à distribuição dos prémios.

A prova serviu para apurar os nossos quatro representantes que irão disputar a final nacional, que se realizará em 2012, e que são: 1.º Rui Nunes, BPI, com 6560 gramas; 2.º José Sacramento, BCP, 6300; 3.º Joaquim Soares, MG, 6040; 4.º Pedro Veiga, BPI, 5540.

O maior exemplar foi capturado por Rui Prata, com um safio de 580 gramas. ■

Convívio de pesca da Secção Regional de Viseu



Em 15 de outubro, a Secção Regional de Viseu levou a efeito o seu tradicional convívio de pesca que teve lugar, como tem sido hábito, em Folhadosa, no concelho de Seia, e que reuniu mais de 40 pescadores, oriundos dos quatro distritos que integram o SBC.

A Fundação Doutor António Vieira Tovar Magalhães e Albuquerque foi a

anfitriã desta bela jornada de convívio, um belo local com a Serra da Estrela em fundo e que se aconselha, tendo-se desenrolado a pescaria numa belíssima lagoa artificial, preparada especificamente e oferecendo todas as condições para a exigente prática da modalidade.

Saíram 76 quilos de achigãs e carpas num belo dia de sol, ótimo para estas

jornadas de camaradagem e convívio e que levou até Folhadosa muitos amantes da pesca desportiva, oriundos dos distritos de Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, tal é a fama que esta modalidade e este local já têm.

A meio da manhã foi servida a habitual piqueta, composta de grelhados, enchidos e petiscos variados e que serviu para retemperar as forças e o ânimo. A pescaria prosseguiu até às 13 horas, tendo-se seguido um opíparo almoço nas próprias instalações da Fundação e que se prolongou em animado convívio. E os pescadores e familiares ainda tiveram direito a uma empolgante prova de vinhos da região do Dão, que deixou os participantes encantados; e com total satisfação por tão boa jornada lá partiram, com a promessa de voltarem no próximo ano. ■

Uma certa e próxima fusão...

TEXTO: JOSÉ LUÍS PAIS

Encontra-se em curso uma operação de fusão por incorporação da Império Bonança na Fidelidade Mundial, conforme projeto aprovado pelos Conselhos de Administração de ambas as empresas.

Esta operação enquadra-se no âmbito do processo de reestruturação das sociedades do grupo segurador da Caixa Seguros e Saúde, ao qual pertencem as seguradoras aludidas.

A denominação social passará a ser Fidelidade-Companhia de Seguros, S.A.



Fidelidade Mundial

Império Bonança



Este contexto, de novo tipo, traz-nos à memória a luta de anos e anos nas empresas cujos nomes serão agora extintos, mas não apagados da memória e da história.

Encerra-se assim um capítulo na história do Seguro em Portugal. Será com profunda emoção e alguma apreensão que muitos acompanharão o facto em apreço, a que intimamente ficará ligado uma grande parte das suas vidas, pugnano para que a "nóvel" seguradora saiba honrar a história pretérita que lhe deu origem e sequência.

Afinal, as empresas não devem olvidar a sua componente social e a circunstância do seu trajeto confundir-se com as histórias pessoais e profissionais dos largos milhares de homens e mulheres que, ao longo do tempo, vivificaram e deram corpo à "seiva dos vasos sanguíneos" daquelas empresas.

Começamos pela Bonança, fundada no ano da graça de 1808.

Na sequência da reestruturação do setor segurador a que procedeu o governo da altura, no ano de 1978, esta seguradora

foi fusionada com as Companhias de Seguros Comércio e Indústria, União e Ultramarina.

Tendo o grupo resultante adotado a designação da mais vetusta, isto é, da Bonança, sendo que, certamente, tal opção também se prendeu com a circunstância da semântica desse vocábulo remeter especialmente para a natureza, sentido e alcance da ideia de seguro – "depois da tempestade vem a bonança".

A Fidelidade surgiu em 1835 e também em 1978, por fusão, integraram-na o Grupo Segurador MSA, Seguradora Industrial e Atlas.

A Mundial deriva da que foi criada em 1913.

Por seu lado, a Império, criada em 1942, tinha absorvido, com a reestruturação já aludida, a seguradora O Alentejo.

O facto de desaparecerem, dentro em breve, "marcas" tão importantes no nosso mercado, algumas até com projeção extra fronteiras, e, entre elas, aquela que é considerada como herdeira e legítima representante histórica da primeira companhia seguradora portuguesa – embora

possa haver quem considere que são sinais do tempo – atraí-nos para os primórdios do seguro, nomeadamente em Portugal, e para a razão essencial que presidiu à designação das empresas.

Já então, como hoje, havia o pressuposto empresarial, mais que justificável, para a atribuição às nascentes entidades seguradoras de nomes comercialmente apelativos, que fossem suscetíveis de, per si, persuadirem subliminarmente os potenciais clientes para as ideias substantivas da segurança, crédito, confiança, previdência, previsão, bonança...

Apresentemos, então, um esboço síntese da história, nesta matéria.

As origens do Seguro

Quando, no princípio da Humanidade, começaram as primeiras manifestações de solidariedade e se fizeram muitos e insipientes ensaios comunitários, surgiu inconscientemente a ideia do Seguro.

Mas, claro, a História tem de limitar-se aos primeiros dados sobre o assunto fornecidos por documentos, sua fonte primordial.

Assim, por exemplo, pode considerar-se que 2250 anos antes de Cristo, no código de Hammurabi, na Babilónia, se estabeleceram determinadas formas de compensar os mercadores pela perda de bens nas longas e difíceis travessias que empreendiam pelo deserto.

Mais tarde, por volta de 900 anos antes de Cristo, sabe-se que existiu um acordo comunitário, visando a indemnização de perdas provocadas por naufrágios muito habituais na época, no mar Egeu. Do mesmo modo, relatos feitos por Tito Lívio, historiador romano, de eventos da Segunda Guerra Púnica, assinalam a fixação de mecanismos para que fossem cobertos os riscos de destruição de bens.

Na Idade Média, surgiram as primeiras associações, denominadas Guildas, em que cada associado destinava uma certa soma de dinheiro para prover a eventuais situações de doença ou angustiantes, do ponto de vista económico.

Eis, pois, os diversos modos porque os homens procuraram cobrir o seu património, antes do nascimento do Seguro propriamente dito.

O Seguro nasceu nas cidades medievais italianas. A sua aparição, sob a forma

de um empréstimo gratuito – e, desde logo, principalmente, de venda por um preço a pagar se a mercadoria não chegava ao seu destino – deveu-se, sobretudo, à proibição, por Gregório IX, em 1234, do lucro no empréstimo por grosso.

Surgiu, assim, no século XIV, o seguro marítimo, sendo italianos os primeiros documentos conhecidos sobre a matéria. De resto, costuma aceitar-se unanimemente que já na segunda metade do século XIV, ele estava em pleno uso em Pisa, Florença e Génova, as primeiras cidades onde foi objeto de legislação. Os lombardos introduziram, depois, a sua prática em França, Portugal, Espanha e Inglaterra: a apólice mais antiga conhecida data de 1547 e encontra-se escrita em italiano.

A história de Lloyd's começa no século XVII (1686), quando a contratação de seguros marítimos se constituiu em parte vital do comércio britânico. Se bem que existam indícios de que antes de 1666, os armadores e exportadores já mencionavam a cobertura de riscos marítimos, não seria senão depois do incêndio que, nessa data, destruiu três quartas partes da capital inglesa, que o ponto de reunião de seguradores e segurados passaria a ser o café de Tower Street, aberto por Edward Lloyd.

Ali se falava de política e se aguardavam as notícias dos navios que efetuavam o comércio através da via marítima.

Edward Lloyd, um jornalista com interesses económicos, ainda não fazia, então, ideia de que o seu modesto café, mais tarde tornado famoso, haveria de converter-se, com o tempo, na maior bolsa de seguros do Mundo. E também a única, pois não tinha equivalente em parte alguma do Globo.

O resumo de notícias que era distribuído aos frequentadores do café de Tower Street dá também lugar, quase paralelamente, a outra organização única no seu género. Referimo-nos ao Lloyd's Centro Mundial de Notícias sobre Navegação, onde se concentravam todas as informações referentes ao movimento de barcos, navegando sob todas as bandeiras, chegados dos mares mais longínquos e dos pontos mais ignotos. Ao mesmo tempo, o chamado Lloyd's News, constituiu-se num dos mais importantes jornais diários da Grã-Bretanha.

Tudo isto nasceu no café de Edward Lloyd, onde começou a história dos Seguros, ou, pelo menos, a história mais completa e exata. Porque, se bem que existam indícios anteriores, quase todos relacionados com seguros marítimos, criou-se na Lloyd's um mercado de outras formas de seguros. Com o andar dos tempos, a maior parte dos modernos tipos de apólice tiveram a sua origem nesta veterana e pioneira instituição inglesa, cujos peritos e pareceres têm um valor inestimável, sendo o registo marítimo da Lloyd's uma publicação que contém o nome de todas as embarcações do Mundo cujo porte supera 100 toneladas. Um registo que, apesar de atualmente não ser o único, deu em ser conhecido por "Bíblia do segurador".

Acrescente-se, por outro lado, que no seguimento da atividade da Lloyd's, surgiu, em 13 de novembro de 1699, a primeira companhia de seguros de vida. Chamava-se Mystery Company of Merchant Adventures e nela podiam segurar-se todos os homens casados, exceto marinheiros e militares.

Deste modo, salvo erro ou omissão, nasceu um sistema que foi crescendo, estendendo-se e aperfeiçoando-se, até aos nossos dias, a ponto de se estabelecer como o único meio idóneo para prevenir e cobrir os mais variados tipos de riscos.

Apontámos estes factos porque estabelecem uma conexão com o surgimento dos Seguros em Portugal.

Foi também a via marítima que originou a criação dos Seguros no nosso País. Embora não existam provas documentais dos primeiros seguros, há, entre as mais antigas legislações desse tipo a confirmação pelo rei D. Dinis – 10 de maio de 1293 – de um acordo estabelecido entre alguns mercadores portugueses que se dedicavam ao comércio marítimo de exportações. Também a famosa lei de D. Fernando não se refere a seguros em sentido técnico, mas aos riscos do comércio marítimo.

Entre as contribuições de maior relevo que o nosso País teria dado à história dos seguros, conta-se a publicação de uma obra pioneira no campo do direito marítimo: o famoso Tractatus de Assecurationibus et Sponsionibus, de Pedro Santerna. Tendo sido posta em causa a sua nacionalidade portuguesa, pode considerar-se estabelecida, pois o autor cha-



ma-se a si próprio Lusitanus, a exemplo do que fizeram outros portugueses no exílio. Admite-se que a localidade de origem foi Santarém.

A verdade é que não sabemos se Pedro Santerna exerceu alguma atividade em Portugal ou se saiu daqui muito novo, sendo, nesse caso, a sua especialização no direito dos seguros feita em Itália.

Adiante-se que em 1573 há a primeira menção da existência da Casa dos Seguros em Lisboa, cuja data de instituição se desconhece, mas que funcionou até ao terramoto de 1755. Foi reorganizada em 1758. A mais antiga apólice chegada até aos nossos dias tem a data de 13 de novembro de 1770.

Entretanto verifica-se a eclosão das companhias de seguros em Portugal nos anos de 1791 e 1792. A primeira foi a Companhia Permanente de Seguros em Lisboa. Esta e outras, entretanto criadas, foram extintas por várias vicissitudes, nomeadamente a crise europeia na época de 1797-98. Posteriormente esboçaram-se novas tentativas de seguradores, mas pouco êxito tiveram.

E chegámos a 1808.

E pelo futuro que se avizinha, será caso para se vir a dizer: "Era uma vez um País, onde existiram algumas "marcas" de seguros, uma das quais de vetusta idade, que, tendo sido extintas, não se apagam das páginas da história e da memória dos homens e das mulheres, em especial dos que nelas consumiram os melhores anos das suas vidas..." ■

Congresso de Toulouse

UNI-Europa exige estratégia para o crescimento

O fim das medidas de austeridade e o regresso ao modelo social europeu são as principais exigências da UNI-Europa, expressas no seu 3.º Congresso. Os sindicalistas comprometeram-se ainda a defender os direitos da negociação coletiva, atualmente alvo de ataques inadmissíveis. Na reunião magna da organização, o presidente da Direção do SBSI foi eleito para o Grupo Diretor

“A Europa precisa de uma estratégia para o crescimento sustentável. Já!”, concluíram os líderes sindicais de diversos países que participaram no 3.º Congresso da UNI-Europa, que decorreu em Toulouse entre 3 e 5 de outubro, sob o lema “União, Ação, Visão”.

Durante o debate que precedeu a votação da moção respeitante à defesa do

modelo social europeu e de uma dimensão social das relações laborais, os líderes sindicais dos numerosos países que participaram no Congresso chegaram à mesma conclusão: as políticas atuais não conseguiram acabar com a crise económica.

Os sindicalistas exigiram o fim das medidas de austeridade que assolam a União Europeia e decidiram mobilizar-se em torno do objetivo comum de reconstruir a economia europeia através do emprego, da proteção social e de salários decentes. A UNI-Europa defendeu o regresso ao modelo social europeu, que assegure uma rede básica de segurança social, educação gratuita, habitação adequada, salários e pensões de reforma decentes e políticas de relançamento de empregos de qualidade.

A resolução aprovada pelo Congresso afirma ainda que todos os trabalhadores devem ter o direito de aderir a um sindicato e de estar abrangidos por um acordo coletivo.

“A especulação floresce”

“O casino está novamente aberto e a especulação floresce”, denunciou Frank Bsirske, presidente da UNI-Europa e do

sindicato alemão Verdi. “As medidas tomadas pelos governos para salvar os bancos provocaram uma crise da dívida. Estas perdas bancárias são pagas pelos trabalhadores. A dívida privada tornou-se uma dívida pública. O que temos agora é o triunfo político dos mercados financeiros sobre a economia real. E este é o verdadeiro escândalo”, acrescentou.

A moção comporta também o apoio claro dos sindicatos ao euro. A UNI-Europa considera que o fim da moeda única mergulharia as economias europeia e global numa nova crise.

“Ao longo do tempo os Estados-membros têm promovido uma concorrência baseada na solidariedade. Se a Grécia falhar, a Europa arrisca-se a cair numa nova recessão”.

Laboratório grego

Stavros Koukos, presidente do OTOE, o sindicato dos bancários da Grécia, disse que o seu país está a ser usado como um laboratório, onde os direitos e necessidades dos trabalhadores não são tomados em consideração.

“Os gregos são ratos de laboratório nesta experiência antidemocrática”, disse Stavros Koukos, acrescentando: “Hoje somos nós, amanhã é o resto da Europa. Este remédio para a Grécia não funciona, precisamos de uma política diferente”.

A UNI-Europa considerou ainda que o pacto “Euro Plus” e a atual posição do Banco Central Europeu são ataques diretos aos sindicatos e à liberdade da negociação coletiva, embora lhes chamem simplesmente “medidas de austeridade”.

Face a estes ataques, os sindicatos da UNI comprometeram-se a lutar para proteger os direitos da negociação coletiva.

“Precisamos de mobilizar os trabalhadores contra esta abordagem neoliberal. A União Europeia está a tentar chantagear os Estados e os povos”, acusou Oliver Roethig, atual secretário Regional da UNI-Europa. “Mobilizar significa não só reunir em Bruxelas, mas também agir em todos os níveis. Juntos lutaremos de forma mais eficaz e seremos mais fortes”, concluiu. ■

Texto: Inês F. Neto

Texto: Inês F. Neto

Congresso aprova Programa de Ação da Direção

Os delegados ao XVII Congresso do SBSI, que se realizou em Lisboa no dia 22 de outubro, aprovaram por esmagadora maioria o Programa de Ação proposto pela Direção

nomeadamente, se “exige ao Governo a abertura de negociações para um acordo tripartido sobre a questão dos fundos de pensões, onde fique salvaguardado o cumprimento do disposto nos IRCT aplicáveis”.

Ao longo do dia de trabalhos, foi também aprovada uma proposta da Direção e uma moção assinada por 50 congressistas sobre o futuro dos trabalhadores do BPN, ambas defendendo a salvaguarda dos postos de trabalho.

O Congresso expressou ainda a solidariedade do SBSI para com a luta dos trabalhadores do ex-Finibanco, ao aprovar uma proposta da Direção, que exige à administração do Montepio respeito pelos trabalhadores e o cumprimento do disposto no ACT aplicável.

Por fim, os congressistas deram o seu voto favorável à deliberação da Direção sobre a atualidade económica e social, na qual é expresso o apoio do SBSI à greve geral de 24 de novembro. A Direção aceitou integrar no seu documento um terceiro ponto, apresentado pela tendência Mudar, que passou a fazer parte do texto final aprovado por maioria.

O Congresso procedeu ainda à eleição das comissões Fiscalizadora de Contas e Disciplinar, bem como dos 15 membros para o Conselho Geral e dos 100 delegados do Sindicato ao Congresso da UGT.

O XVII Congresso do SBSI contou com a presença de diversos convidados, nomeadamente dos sindicatos da Febase – SBN, SBC e STAS (cujo presidente esteve igualmente na qualidade de secretário-geral da Febase) – bem como das organizações em que está filiado, como a UGT (representada pelos seus presidente e secretário-geral) e UNI. Presentes estiveram igualmente representantes de sindicatos dos bancários do Brasil, de Angola e de Moçambique.

Na sua intervenção, João Proença saudou o Congresso do SBSI e lembrou a sua importância no movimento sindical democrático.

Depois de referir a grave situação do país e as dificuldades com que os trabalhadores portugueses são confrontados, o líder da UGT apelou à participação na greve geral de 24 de novembro. ■

Pesca

João Aqualusa vence “Sargo de prata”

A nona edição do “Sargo de prata”, organizada, como em anos anteriores, pelo Clube Millennium BCP, realizou-se no passado dia 22 e teve a participação de 75 pescadores, englobados em oito equipas, em representação de vários grupos desportivos da banca.

Em termos de condições atmosféricas e marítimas, os pescadores foram brindados por excelentes condições, que antecederam os fortes temporais da semana seguinte, com a prova a redundar numa grande jornada de pesca e convívio e com os participantes a solicitarem a repetição no próximo ano.

A destacar um aumento de seis quilos no peso dos sargos capturados, em relação ao ano anterior, totalizando mais de trinta quilos, assim como a sua apresentação por 43 dos pescadores,

o que faz admitir a possibilidade de limitar a prova apenas à pesca desta espécie, no próximo ano.

O troféu “Sargo de prata” foi ganho por João Aqualusa, do BST. E Vítor Malheiros, do Clube Millennium bcp – Centro, capturou um sargo com 1160 gramas. Em termos de classificação individual, os primeiros lugares foram assim ocupados: 1.º João Aqualusa, do BST, com 23 680 pontos; 2.º Vítor Malheiros, do BCP/Centro, 18 400; 3.º António Conceição Marques, BCP, 18 300; 4.º João Miguel Silva, Banif, 18 280; 5.º Artur Silva, BPI/Sul, 17 960 pontos. Coletivamente, a vitória pertenceu ao BPI Sul, seguido do BST e do Banif.

A prova fechou as atividades da secção em 2011 e, de modo a marcarmos a data nas agendas, a próxima edição do “Sargo de prata” irá realizar-se em 13 de outubro de 2012. ■

Meio século de fragmentos em livro de Carlos Pateira

Na sequência de “Juro que nunca vou esquecer”, uma crónica de António Lobo Antunes escrita acerca de peculiares criaturas que um dia lhe retiveram a atenção num exigente momento de vida, esta “Carta aberta...” é a resposta desejada, a resposta feita livro.

Partindo de um alinhamento imprevisto, de uma coincidência de vidas cruzadas numa sala de espera, Carlos Pateira segue a linha daquilo que, então, ainda não podia ser contado. Afinal, tudo o que nos sentidos ele perdeu mas nos sentimentos e nos afectos sempre reencontra. Da palavra impressa de Lobo Antunes ao que desde então (se) passou, Carlos Pateira traça uma jornada simultaneamente implosiva e vasta, revisitando, sem ponta de cerimónia, meio século de fragmentos de vida das biografias de uns quantos seus próximos.

Sob a chancela das Edições Colibri e com apresentação de Anabela do Rosário, o lançamento de “Carta aberta a António Lobo Antunes com conhecimento a Ana Leonor Pateira” decorreu ontem, dia 14, no Auditório Carlos Paredes, em Lisboa.

Acrescente-se que o autor, Carlos Pateira, é associado do SBSI, com o n.º 34 882, e que o livro foi escrito em memória da sua filha, que faleceu aos 32 anos. Após o lançamento, o livro já pode ser adquirido nas livrarias ou em www.edi-colibri.pt. ■

SBSI no Grupo Diretor

O Congresso procedeu à eleição de representantes para os diversos órgãos. Rui Riso, presidente da Direção do SBSI, foi eleito como primeiro substituto para o Grupo Diretor da UNI-Europa, cargo que confere direito a participação ativa e a voto.

Este órgão inclui os países do Sul da Europa, como Portugal, Chipre, Grécia, Itália, Malta, Espanha e Turquia.

Recorde-se que ao nível da UNI, o SBSI está representado em três áreas: UNI-Europa Finanças (onde também faz parte do respetivo Grupo Diretor, representado por Paula Viseu e Rui Riso), UNI-Juventude (detendo a vice-presidência, cargo ocupado por Vânia Ferreira) e, agora, UNI-Europa, que representa os setores de serviços em geral.

Refira-se ainda que outro dos sindicatos da Febase tem um representante eleito. Trata-se do SBC, cujo presidente da Direção, Carlos Silva, integra o Comité Executivo Mundial da UNI desde o Congresso de Nagasaki, em novembro de 2010.

No seio da UNI-Finanças, o SBSI está a colaborar de forma empenhada na elaboração de um código de ética para a venda de produtos financeiros, cujos princípios foram já subscritos pelo Barclays no Reino Unido.

O código de ética visa proteger quer os consumidores, quer os trabalhadores bancários no que concerne ao alcance de objetivos em produtos desta natureza. Ou seja, é entendimento da UNI-Europa Finanças que a venda de produtos financeiros, pelos riscos que encerra, não pode estar relacionada com os objetivos a atingir pelos trabalhadores do setor financeiro no cumprimento das suas funções profissionais.

Textos: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



Direção reúne-se com todas as delegações

A Direção do SBN está a proceder a reuniões nas delegações de toda a sua área geográfica de influência, com os associados que pretendam estar presentes, para debater as grandes transformações que atualmente se vivem no sistema bancário

Texto: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

De entre estes problemas destacam-se os fundos de pensões e sua eventual integração na Segurança Social, matéria que, a confirmar-se, terá implicações em todos os bancários, quer estejam em situação de invalidez ou de invalidez presumível, bem como sobre aqueles que se encontram no ativo.

Outro ponto importante constitui a reestruturação dos nossos SAMS, a fim de se conseguir implantar ainda mais e melhor saúde para todos os associados e beneficiários.

Dada a relevância das matérias em análise, a Direção apela a todos os associados para participarem nas reuniões agendadas.

Estas reuniões estão programadas para os meses de Novembro e Dezembro, tendo sido realizadas as primeiras nas delegações de Bragança, Vila Real e Chaves.

Primeira reunião na delegação de Bragança

No dia 3 do corrente realizou-se a primeira reunião, das várias programadas, na delegação de Bragança, e na qual participaram a maioria dos associados do SBN. Os corpos gerentes estiveram presentes, bem como o Conselho de Gerência dos SAMS.

A Direção realizou uma exposição detalhada das matérias constantes da ordem de trabalhos entretanto divulgada a todos os associados daquela delegação, tendo começado por informar o teor das reuniões que tem mantido com o secretário de Estado da Reforma Administrativa, relativamente à eventual integração dos bancários no regime de Segurança Social.

Esta matéria mereceu dos presentes uma discussão aprofundada e, após várias intervenções, a Direção reafirmou que somente dará acordo a essa integração se todas as partes envolvidas concordarem que os direitos consagrados nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis na banca não vão ser afetados, quer no caso dos bancários na situação de reforma quer dos que estão no ativo.

Outro ponto importante relacionou-se com os SAMS. Foi recordado que o atual modelo existente no nosso sistema de saúde data do longínquo ano de 1976, quando os sindicatos verticais, e só eles, conseguiram impor à outra parte a criação de um sistema de saúde para os bancários.

Analisando a situação dos SAMS na área desta delegação e tendo em atenção as modificações entretanto verificadas, quer a nível estrutural quer a nível de comunicações, as propostas apresentadas pela Direção mereceram a aprovação dos presentes, mas com a contrapartida de os SAMS realizarem convenções ou acordos com as entidades clínicas existentes na área da delegação. ■



Comissão Sindical de Aveiro encerra ano desportivo



O habitual jantar de confraternização dos participantes nos desportos de sala (sueca, king, snooker bola 8 e ténis de mesa), que a Comissão Sindical da delegação de Aveiro levou a efeito nas suas instalações durante este ano, realizou-se no passado dia 31.

Esta última jornada daqueles torneios de sala foi mais uma oportunidade de

franco e animado convívio entre todos os participantes, tendo a CSD de Aveiro aproveitado o ensejo para efetuar a entrega de prémios aos primeiros classificados de cada uma das respectivas modalidades.

A cerimónia ficou a cargo do vice-presidente do SBN, Pereira Gomes, que esteve presente em representação da Direção. ■

Magusto na Quinta das Laranjeiras

A Direção do SBN vai realizar um Magusto na Quinta das Laranjeiras, na Lixa, no próximo dia 26.

A partida dos autocarros realiza-se às 9,30 horas, do café Capitólio, junto à Câmara Municipal, havendo, das 10 às 11h30, um importante momento cultural, com a visita guiada à Casa Museu Teixeira Lopes, seguindo-se o almoço, às 13 horas, na Quinta das Laranjeiras. Às 17 horas, antes do regresso, será servido um lanche.

A Casa Museu Teixeira Lopes é um edifício oitocentista de aspeto regional, com um pátio povoado de obras de arte. Uma ampla escadaria dá acesso ao andar superior. Foi construído em 1895, num projeto do arquiteto José Teixeira Lopes, para residência e oficina de escultura.



Atualmente, é detentora de valiosas obras de arte e de uma importante coleção de esculturas de bronze e de mármore, além de maquetas de gesso, da autoria de Teixeira Lopes.

A Casa Museu é constituída por duas unidades complementares: a casa, que foi do escultor, e que se mantém musealizada, e as Galerias Diogo de Macedo,

em edifício anexo e de construção mais recente, inauguradas em 1975, no decorrer da doação de grande parte da coleção do artista à Câmara Municipal de Gaia. ■

O SBN e os preços GALP/frota

Face a algumas dúvidas que têm sido colocadas, o SBN esclarece os associados titulares do cartão GALP/frota que o desconto conferido pelo mesmo é de 0,05€/litro (continente) e 0,013€/litro (Espanha, Madeira e Açores) sobre os preços de referência daquela gasolineeira, que poderão ou não coincidir com os preços afixados nas bombas de abastecimento. Os preços de referência poderão ser consultados no sítio www.sbn.pt e são alterados pela GALP de oito em oito dias. Lembra-se também que os abastecimentos fora do continente estão sujeitos à con-



versão do IVA para a taxa legal de 23%.

Para qualquer esclarecimento adicional, devem ser contactados os serviços do SBN. ■

Figuras "À moda do Porto"



No seguimento da exposição mensal do Núcleo de Fotografia do SBN, a mostra com a apresentação do tema "Figuras à moda do Porto", de autoria de Manuel Pereira Cardoso, foi inaugurada, no passado dia 2, na galeria do sindicato, na Rua Conde de Vizela, 145.

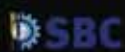
A exposição estará patente até 7 de dezembro, às quartas feiras, das 15 às 17,30 horas. ■



Concurso FOTO FEBASE 2011

Fotos apuradas no mês de Setembro

SBC Tema Livre



"A cenoura"
José Carlos Chã



"Serenity"
Simão Marques



"Edifício Anfibio"
Bruno José

SBC Os Quatro Elementos



"Raging Sea"
Simão Marques



"Espelho d'água"
José Pinto



"Água - Fonte da vida"
José Carlos Chã

SBN Tema Livre



"Polinização"
Manuel Afonso



"Gilo"
Francisco Oliveira



"Torça"
Emanuel Pontes

SBN Os Quatro Elementos



"Tranquilidade"
Teresa Ramada



"Duplo reflexo"
Jorge Viana Basto



"Aterragem"
Aires Pereira

Veja toda a informação em : www.fotofebase.blogspot.com

SBSI Tema Livre



"Arte Rupestre"
Paulo Vasconcelos



"Possessos"
Cristina Mestre



"Ovalização"
João Imaro

SBSI Os Quatro Elementos



"Servir fresco"
João Imaro



"Tempestada"
Cristina Mestre



"Colorações"
Rui Martins

STAS Tema Livre



"Cafeteira reciclada"
João Sales



"Amigas"
Miquel Costa



"Azul e Verde"
João Sales

STAS Os Quatro Elementos



"Moinho"
João Sales



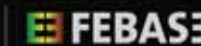
"A força da água"
Luís Silva



"A Praia"
Rui Santos



A Equipa FOTO FEBASE





**Nenhum trabalhador
pode ficar indiferente à**
greve
de 24 de novembro,
pois do seu êxito pode
depender o futuro
das negociações
coletivas
no setor financeiro